



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS

**Relatório Anual de Avaliação do
Desempenho do Sector de Águas
2011**

Versão Final

Maputo, 24 de Abril de 2012

ÍNDICE

SUMÁRIO.....	ii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ANÁLISE DOS INDICADORES.....	2
2.1 Quadro de avaliação de desempenho.....	2
2.2 Indicadores dourados do sector.....	4
2.3 Assuntos chave e recomendações.....	18
3. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS.....	19
4. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO SECTOR.....	23
4.1 Gestão de finanças públicas.....	23
4.2 Execução financeira 2011.....	23
4.3 Orçamento de Investimento - Fundos Externos.....	27
4.4 Orçamento de investimento total e comparação com o REO do Ministério das Finanças.....	28
4.5 Dívida do Sector.....	29
4.6 Assuntos chave e recomendações.....	30
5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA.....	30
5.1 Enquadramento no mecanismo nacional de revisão conjunta.....	30
5.2 Estágio de implementação das recomendações de 2011.....	32
6. MONITORIA E AVALIAÇÃO – SINAS.....	33
6.1 Implementação do SINAS.....	33
6.2 Melhoria da disponibilidade de informação no sector.....	34

SUMÁRIO

Metas do QAD 2011 para o Sector de Águas

O sector de Água e Saneamento atingiu e superou a meta para Água prevista no QAD-Quadro de Avaliação do Desempenho para 2011, mas não atingiu a meta do Saneamento. No entanto o acesso a **Água** potável desceu em 2011 (60,2%) em relação a 2010 (61%), embora o número de pessoas com acesso a água potável tenha aumentado para 13.879.848. Na Água Urbana (51,4% de acesso em 2011 contra 64% em 2010), foram feitas 82.188 ligações domiciliárias e 93 fontanários, enquanto na Água Rural (64,2% de acesso em 2011, contra 59,6% em 2010) foram operacionalizadas 2.665 fontes dispersas novas e reabilitadas e 41 pequenos sistemas. A redução das taxas de acesso na área urbana (em relação a 2010) resulta de ajustes no âmbito da cobertura urbana, devido a inclusão dos sistemas secundários.

O acesso a **Saneamento** seguro atingiu em 2011 os 45,8%, um aumento modesto em relação a 2010 (44%). O acesso atingiu 43,7% na área rural (41% em 2010), com a construção de 118.751 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas, e 50,3% na área urbana (51,6% em 2010), com a construção de 11.902 latrinas melhoradas em zonas peri-urbanas e 2.074 ligações a esgotos e fossas sépticas. O número de pessoas com acesso a saneamento seguro aumentou para 10.545.534.

Em 2011 o acesso a água potável e serviços de saneamento adequado continuou a ser medido segundo os níveis mínimos de serviço definidos na Política de Águas. A DNA e os parceiros iniciaram em 2010 um processo que levará à adopção de novos parâmetros. O Estudo de Base conduzido pela DNA em 2011 deverá fornecer a informação mais actualizada sobre o uso real de fontes seguras de água potável e de infra-estruturas de saneamento adequadas nas zonas rurais. Mas, espera-se que a informação sobre as áreas urbanas seja obtida dos próximos inquéritos e censos do Instituto Nacional de Estatística.

O sub-sector de **Recursos Hídricos** não tinha metas no QAD 2011 mas verificaram-se progressos assinaláveis em relação às metas do PES 2011. Foram reabilitadas 80 estações hidroclimatológicas e instalados 6 estações telemétricas e 6 postos de rádio (planeados 52, 7 e 10 respectivamente), verificaram-se progressos nos estudos das barragens de Moamba Major (70% do plano), Massingir (25%) e Nacala (5%), houve intervenções em 11 pequenas barragens e reservatórios escavados, tendo sido terminada a construção de 2 represas (Kulula A no Distrito da Namaacha – Província de Maputo e Liupe no Distrito de Mongicual- Província de Nampula) e iniciadas 3 outras represas (2 no Barué e 1 em Rapale).

Execução Financeira

A execução financeira do Orçamento de Investimento do sector subiu em 2011 (5.185,3 milhões de meticais, equivalentes a 59% da dotação final) em relação a 2010 (52%), apesar da: (i) tardia entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2011 (Maio), (ii) atraso no desembolso dos fundos externos (2º e 3º trimestres), (iii) com a consequente descentralização tardia dos fundos para as províncias (Julho) e (iv) início tardio do *procurement* e ainda (v) dificuldade na colecta de informação sobre fundos Off-CUT geridos pelos parceiros.

A execução da componente interna do Orçamento de Investimento atingiu os 647,4 milhões de meticais equivalentes a 91% da dotação final (91% em 2010), com 421,5 milhões de meticais, sendo 62% de execução central e 38% de execução descentralizada, dos quais 8% executados pelas Províncias e Distritos. A execução da componente externa atingiu os 4.537,9 milhões de meticais equivalentes a 56% da dotação final (48% em 2010), com 4.537,9 milhões de meticais, sendo 86% de execução central e 14% de execução descentralizada,

dos quais 3% pelas Províncias e Distritos. Os parceiros externos contribuíram em 2011 com 92% dos fundos disponíveis para investimento (91,5% em 2010). A contribuição do Governo para o Sector de Águas correspondeu em 2011 a 3,5% dos fundos internos totais orçamentados para investimento.

A execução financeira global do Orçamento de Investimento captada pela DNA (4.219,6 milhões de meticais, excluindo o projecto financiado pelo MCC) é bastante inferior à apresentada no REO-Relatório de Execução Orçamental do Ministério das Finanças para o sector de Águas (4.899 milhões de meticais, incluindo o Orçamento de Funcionamento e de Investimento). Foram apresentadas várias possíveis explicações para esta diferença, mas em 2011 ainda não foi feita a reconciliação prévia entre os dois informes financeiros (DNA e REO). Para tal será necessário que no futuro a DNA termine o seu relatório financeiro nas 4 semanas seguintes ao fim do exercício para que haja tempo de reconciliar os números antes da publicação do REO. Salientou-se a responsabilidade e a importância de cada parceiro de cooperação fornecer informação sobre desembolsos ao Ministério das Finanças e à DNA.

Constatou-se a redução da dívida do sector (composta por facturas e IVAs por pagar e participação do Estado em falta) em relação a anos anteriores: 166,3 milhões de meticais em 2011, contra 229,3 milhões de meticais em 2010.

Na situação actual a análise da relação entre a execução financeira e balanço do PES torna-se difícil. A necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de recolha de informação financeira a todos níveis e a inexistência de preços unitários tipificados em todas categorias de despesas, aumentam essa dificuldade.

Problemas encontrados durante a execução em 2011

Água:

- A proporção entre reabilitações e construção de novas fontes de água situou-se entre 2007 e 2011 nos 42%, sugerindo que o nível de sustentabilidade não está necessariamente a melhorar.
- A inclusão em 2011 dos sistemas de abastecimento de água secundários na água urbana, quando anteriormente eram tratados na água rural, contribuiu decisivamente para a aparente redução de 12,6% no acesso a água urbana e o aumento de 4,6% no acesso a água rural, comparativamente a 2010.
- A construção e reabilitação de Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água foi prejudicada pelos atrasos nos processos de *procurement*, na disponibilização de fundos, falta de empreiteiros para reabilitação dos PSAA e fraca capacidade de gestão dos contratos.

Saneamento:

- A recolha de dados sobre saneamento, particularmente escolar e urbano, registou melhorias mas é ainda deficitária.

Execução financeira:

- Os atrasos na descentralização de fundos internos, no *procurement* e na homologação dos contratos, foram apontados como as maiores causas do atraso e incumprimento da execução dos planos de todos os sub-sectoros.
- A execução financeira foi prejudicada pela entrada tardia em vigor do Orçamento do Estado (Maio) e o atraso no desembolso dos fundos externos (2º e 3º trimestres), com a consequente descentralização tardia dos fundos para as províncias (Julho) e início tardio do *procurement*.

- Continuou a haver dificuldade na colecta de informação sobre fundos Off-CUT geridos pelos parceiros de desenvolvimento.
- Ainda não foi possível reconciliar o relatório de execução financeira compilado pela DNA com o Relatório de Execução Orçamental (REO) do Ministério das Finanças. Houve em 2011 divergência significativa de números (na casa dos 600 milhões de meticais) entre os dois relatórios e foram identificadas possíveis explicações para tal.

Proposta de soluções para melhorar o desempenho em 2012

Água:

- Criação de Equipas Técnicas Provinciais de Planificação, compostas pelo DAS, os SDPI e ONGs, para avaliar de forma rigorosa a operacionalidade das fontes de água rurais.
- Documentar a estratégia financeira e partilha de riscos associados à implementação dos contratos para grandes lotes de perfuração.
- Prosseguir com o processo de revisão dos actuais padrões de serviço mínimo de abastecimento de água e saneamento, iniciado em 2010.
- Estabelecer parcerias entre a AIAS e o FIPAG, de modo a que a nova estrutura beneficie da experiência acumulada no financiamento e gestão do património.

Saneamento:

- Maior envolvimento dos Chefes de Posto Administrativo na monitoria das actividades de água e saneamento rural.
- Desenvolver instrumentos padronizados de recolha de dados sobre saneamento urbano e peri-urbano.
- Melhorar a coordenação entre os actores a nível urbano, nomeadamente com os Municípios, para melhorar a recolha de informação sobre saneamento urbano.

Execução Financeira:

- Acelerar a entrada em vigor do Orçamento do Estado, o desembolso dos fundos externos, a descentralização dos fundos para as províncias e o início do *procurement* anual.
- Cada parceiro de cooperação deve fornecer informação sobre os seus desembolsos Off-CUT ao Ministério das Finanças e à DNA.
- A DNA deverá terminar o seu relatório financeiro nas 4 semanas seguintes ao fim do ano fiscal, para ter tempo de reconcilia-lo com o Ministério das Finanças antes da publicação do REO.
- Aperfeiçoar os mecanismos de recolha de informação financeira a todos os níveis.
- Desenvolver preços unitários tipificados em todas as categorias de despesa, para facilitar a análise da relação entre execução financeira e balanço do PES.

Principais lições aprendidas

- Aumentou em todos os sub-sectoros a capacidade de captar informação de realizações fora do plano, mas há ainda muito trabalho a fazer nesse campo.
- Observou-se em 2011 um desempenho positivo no acesso a fontes de água seguras, no uso dos serviços de água, no número de infra-estruturas construídas e reabilitadas e na eficiência dos sistemas principais de abastecimento de água, mas continua a ser difícil estimar o desempenho dos sistemas secundários de abastecimento de água por insuficiência de dados.

- A construção de fontes de água aumentou de uma média de cerca de 1.000 fontes/ano entre 2000-2005 para mais de 2.450 fontes/ano entre 2006-2011, um ritmo em si suficiente para o alcance da meta dos ODM para 2015.
- O aumento da capacidade de construção de fontes de água advém do aumento de empresas de perfuração, incentivadas pela introdução de contratos em grandes lotes de furos (acima de 50 por contrato), por vezes de duração bienal, da adopção do PEC-Zonal que prepara e assiste as comunidades e da melhoria do processo de recolha dos dados sobre as execuções isoladas e/ou fora do plano.
- O aumento do número de ligações de água domiciliárias resultou da combinação de vários factores:
 - as campanhas água na hora (uma casa uma ligação),
 - a expansão da rede de distribuição para novas áreas e;
 - a melhoria da logística do aprovisionamento do material necessário para as ligações.
- Os fontanários públicos em zonas peri-urbanas vêm tendo uma redução da procura ao longo dos anos, em resultado da expansão da rede de distribuição que possibilitou maior acesso a ligações domésticas, da fraca fiabilidade dos fontanários devido a baixa pressão e frequência de avarias e cortes e da fraca capacidade de gestão pelos comités de água.
- Com a introdução do Saneamento Total Liderado pela Comunidade (SANTOLIC) a construção de latrinas aumentou significativamente, mas sem a alteração do padrão de serviço mínimo de saneamento (que não inclui a latrina tradicional) não terá o esperado impacto na taxa de cobertura do saneamento rural.
- O sucesso da actividade de reabilitação das estações hidroclimatológicas é atribuído à efectivação do processo de *procurement*, à aquisição antecipada de material e aos desembolsos atempados dos fundos.

1. INTRODUÇÃO

Desde 2003 o Governo Moçambicano vem desenvolvendo um quadro comum de avaliação de desempenho (QAD) que capta as prioridades do Governo em todas as áreas do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) e serve de base comum de diálogo e acompanhamento com os Parceiros de Apoio Programático (PAPs). Além disso, o Governo publica o Balanço do Plano Económico e Social (PES) para ser utilizado como um instrumento de acompanhamento da implementação do PARP, incluindo as prioridades do QAD.

O Relatório de Avaliação de Desempenho do Sector de Águas (RADS) pretende ser o mais importante documento de referência para avaliar o desempenho do sector de água em Moçambique e uma ferramenta de prestação de contas mais integrada e mais analítica que o Balanço do PES. Fornece um resumo sucinto dos investimentos, metas, realizações e resultados. O RADS inclui dados e análises no que diz respeito ao acesso, a funcionalidade e a equidade do abastecimento de água e saneamento, higiene e estratégias de sustentação dos investimentos. O RADS inclui informações essenciais sobre os esforços para garantir a prestação continuada de serviços de água e saneamento cada vez melhores.

Este é o segundo relatório de avaliação de desempenho do sector de águas de Moçambique, desenvolvido como parte da componente analítica do Sistema de Informação Nacional de Água e Saneamento (SINAS). Apresenta uma análise detalhada do estado e desempenho do sector no ano de 2011 e contou com uma equipa de profissionais do Governo e de PAPs que trabalhou diligentemente na compilação dos diferentes relatórios, de modo a dar uma informação final de qualidade. Este relatório baseia-se no quadro de avaliação do desempenho do sector de águas (QAD 2011) e enquadra-se nas reformas do sector de águas. Essas reformas têm em vista melhorar a eficácia fiscal e física, permitir que as metas sejam atingidas com maior eficácia e o progresso da abordagem sectorial para a planificação, execução, relatórios e prestação de contas.

O relatório está estruturado de modo que seja de fácil leitura. Inclui todos os subsectores, indicadores, finanças, quadro institucional, Gestão de Recursos Hídricos, Abastecimento de Água Urbano, Saneamento Urbano, Abastecimento de Água Rural, Saneamento Rural e a implementação das recomendações da última Revisão Conjunta do Sector de Águas. Com excepção da análise dos indicadores, finanças, quadro institucional e Revisão Conjunta que trazem os aspectos mais específicos, cada um dos outros capítulos fornece uma visão geral dos seguintes elementos: os objectivos e metas 2011, principais resultados, assuntos chave e recomendações.

Os “indicadores dourados”, que formam o núcleo da estrutura da avaliação do desempenho, são apresentados nos capítulos respectivos. Esta estrutura destina-se a levar o leitor através de uma progressão lógica a partir dos planos, actividades e resultados da análise. São feitas recomendações para cada componente.

2. ANÁLISE DOS INDICADORES

2.1 Quadro de avaliação de desempenho

O Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2010-2014 prevê cobrir cerca de 20,1 milhões de pessoas por água rural e urbana e 15,5 milhões por saneamento rural e urbano (tabela 1). A tradução e a representação exacta destas metas têm sido amplamente discutidas no âmbito da elaboração dos Planos de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) desde 2004. Os indicadores nem sempre têm sido consensuais, mas o mais importante é que os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) e o Governo têm continuado as discussões no sentido de encontrarem um conjunto de indicadores cada vez mais aceitáveis no Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD).

Tabela 1 - Metas do Plano Quinquenal do Governo (PQG) para 2014		
Serviço	Metas	
	%	Pessoas servidas
Água Rural (+Vilas)	69%	13,5 Milhões
Água Urbana	70%	6,6 Milhões
Saneamento Rural	48%	8 Milhões
Saneamento Urbano	80%	7,5 Milhões

No âmbito da elaboração do PARP 2010-2014, o sector de águas considerou que o indicador que era utilizado no QAD para medir o desempenho de todo um sector (o número de novas fontes rurais) não representava os esforços dos diferentes subsectores. Sugeriu-se que um novo indicador para o abastecimento de água deveria incluir tanto as áreas rurais como as áreas urbanas, e compreender o número real de utentes entre torneiras particulares, torneiras públicas e fontes dispersas. Mais tarde os indicadores foram expandidos para incluir os conceitos ‘Acesso’ (serviço visto na óptica do provedor) e ‘Uso’ (serviço visto na óptica do utente). Mas o número de indicadores tornou-se excessivo em relação ao requerido na matriz do PARP que era de apenas dois. Isto obrigou o sector a reformular os indicadores de novo (tabela 2). A escolha destes indicadores não significa que cessou a necessidade de voltar-se a discutir os indicadores do QAD a curto prazo.

Tabela 2 – Tabela de indicadores de água e saneamento segundo o QAD 2011

Indicador de Produto	Base 2010	Meta 2011	Ponto de Situação 31 Dezembro 2011	Avaliação: Atingido/ Não atingido com progresso / Não atingido
26.1 Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais	16.500	18.900	20.704	Atingido
27.1. Número de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas	37.800	54.000	13.976	Não atingido, com progresso

A tabela 2 mostra apenas indicadores de água rural e saneamento das zonas urbanas e peri-urbanas. Não tendo sido possível produzir um indicador que aglutinasse o abastecimento de água e saneamento nas áreas rurais e urbanas, o sector escolheu incluir para 2011 “O número de fontes dispersas operacionais” e “O número de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas”, como os indicadores que melhor representam as actividades do subsector.

2.1.1 Número de fontes dispersas operacionais

Embora o sector esteja consciente de que este indicador está longe de ser perfeito, as infra-estruturas continuam a ser uma das poucas componentes de abastecimento de água rural que a DNA é capaz de planificar, monitorar e contabilizar. Por outro lado, a operacionalidade das fontes resulta dos esforços dos vários actores na mobilização e educação comunitária, no investimento de capital (de construção), na capacitação dos utentes, no envolvimento do governo local, na participação do sector privado local, etc. que determinam o incremento e a sustentabilidade das infra-estruturas reportados pelo governo.

A matriz do QAD mostra que existiam 20.704 fontes operacionais nos finais de 2011, servindo 10,2 milhões de pessoas. Em relação ao plano que era de 18.900 fontes, esta meta foi cumprida. Partindo dos 11.703 fontes operacionais que existiam em 2005¹, pode-se afirmar que houve um incremento médio real de operacionalização de cerca de 1.500 fontes por ano. Entretanto, a média de capacidade nacional de construção/reabilitação situou-se em 2.151 fontes por ano no mesmo período. Esta diferença entre as fontes construídas e o incremento real de fontes representa 30% de perdas em 6 anos, ou seja de cerca de 5% ao ano, principalmente devidas ao fim de vida útil das fontes antigas.

2.1.2 Número de novas ligações a sistemas convencionais de saneamento urbano e latrinas construídas em zonas peri-urbanas

Este indicador mede as acções de saneamento nas áreas urbanas e circunvizinhas a estas. Nestas áreas foram feitas 1.784 fossas sépticas, 290 ligações à rede de esgoto e 11.902 latrinas melhoradas. Este desempenho deve ser considerado modesto e, em relação ao plano de construir 54.000 unidades convencionais planificadas para 2011, a meta não foi atingida. A falta de instrumentos padronizados de recolha de dados sobre saneamento urbano e peri-urbano e a falta de informação causada pela deficiente coordenação entre os actores a nível urbano, nomeadamente com os municípios, MOPH, MISIAU, MICOA, são consideradas as razões do fraco desempenho. A meta estipulada, de construir 54 mil unidades em áreas urbanas, está longe dos números alcançados anualmente desde 2000.

Saneamento a nível nacional

A figura 1 mostra que em 2011 foram construídas 267.142 unidades de saneamento em todo país, das quais 50% de latrinas tradicionais, 35% de latrinas tradicionais melhoradas, 14% de latrinas melhoradas, 1% de fossas sépticas e também 290 ligações à rede de esgotos na Província de Gaza. Ou seja, para que este indicador represente as reais actividades do subsector de saneamento seria recomendável a inclusão das actividades das áreas rurais.

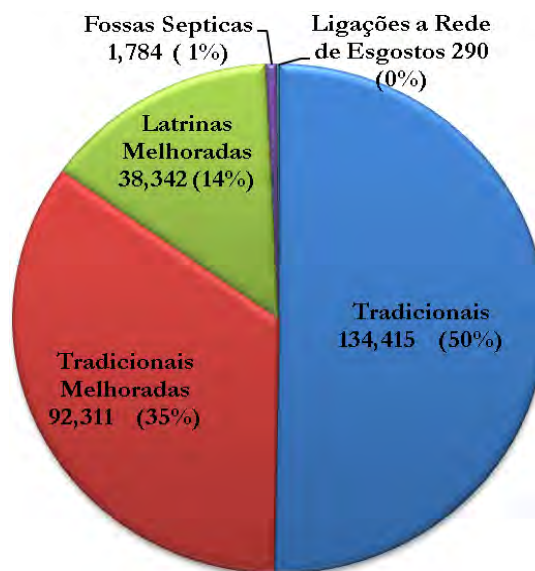


Figura 1 – Unidades de saneamento construídas em 2011-nacional

¹ Plano Estratégico de Água e Saneamento Rural (PESA-ASR) 2006 -2015

2.2 Indicadores dourados do sector

Como foi dito na edição do relatório de 2010, não seria possível que os indicadores do QAD capturassem todas as acções anuais do sector de águas. O QAD apresenta uma visão nacional e não facilita a verificação da relação entre o produto e os recursos financeiros empregues na sua produção. A introdução dos indicadores dourados por subsector tende a estabelecer essa ligação. O objectivo do SINAS é que os indicadores de cada subsector ajudem aos actores a discutir e a melhorar o seu desempenho de ano para ano.

Os indicadores de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (AASR) estão em fase de aperfeiçoamento, estão sendo recolhidos de forma contínua e também já beneficiam de amplos debates entre os actores do subsector. Alguns indicadores de água rural continuam difíceis de recolher, nomeadamente (i) percentagem dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório da execução orçamental; (ii) percentagem da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do *procurement* público, (iii) percentagem de comités de água com mulheres em posição de chefia; (iv) percentagem de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento; e (v) percentagem de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre. Por outro lado parte dos indicadores tornam-se mais relevantes ao nível dos projectos e não necessariamente ao nível do nacional, por exemplo o ‘número de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano’; ou dependem de vários factores, tal como o indicador sobre as diarreias tornando-se difícil determinar o objecto de medição do indicador.

Os indicadores de Água e Saneamento Urbano e dos Recursos Hídricos serão analisados neste relatório mas ainda não foram formalizados como indicadores dourados desses subsectores. Uma rápida análise dos indicadores de ASU propostos mostra que alguns deles devem ser melhor especificados, pois nas condições técnicas actuais dos sistemas de distribuição de água, serão difíceis de recolher. Por exemplo por falta de totalizadores nos sistemas do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) o indicador de ‘perdas’ não poderá ser medido como ‘perdas totais’ mas apenas como ‘perdas comerciais’; o que é que o indicador de ‘continuidade do fornecimento de água’ mede? Horas de funcionamento por dia, ou quantas horas o sistema tem água? Esta informação deveria ser fornecida pelos municípios, mas até hoje tem sido fornecida pelas instituições que fornecem água e o Conselho de Regulação do Abastecimento de Água (CRA) enquanto regulador.

Os indicadores de recursos hídricos dão mais atenção às obrigações das Administrações Regionais de Águas (ARAs) deixando de lado acções em curso sem indicador para sua medição. Por exemplo, o subsector de recursos hídricos está a ocupar-se da elaboração de regulamentos normativos que não tem sido medido por falta de indicadores que medem o processo e os resultados da implementação desses regulamentos.

Como se pode notar, todos indicadores dos subsectores precisam de revisão e formalização. Espera-se que o seu debate e a sua formalização aconteçam no âmbito e na sequência da Revisão Anual Conjunta (RAC) de 2012. Podem ser criados grupos de trabalho liderados pelo Gabinete de Planeamento e Controlo (GPC) para continuar as discussões, a curto prazo, mas deverá instituir-se uma cultura de revisão contínua entre as RACs.

2.2.1. Indicadores dourados do subsector de água e saneamento rural

A série designada de indicadores dourados de água e saneamento rural contém 9 indicadores e 20 definições (tabela 3 na página seguinte).

Na tabela 3 existem indicadores que não têm sido preenchidos quer por falta de pessoas dedicadas para sua recolha, quer devido à enorme dificuldade para sua obtenção a escala nacional. O tempo para buscar água, o uso da água e a equidade são indicadores que resultam de inquéritos directos aos utentes, daí que os seus

campos não estão a ser actualizados anualmente como acontece com os outros indicadores. A consistência desses dados ao longo do tempo mostra-se ainda duvidosa. A DNA iniciou já o processo de harmonização dos indicadores no censo do INE de 2007 e prosseguiu com a compatibilização de metodologia para o estudo de base do PRONASAR em 2011. Os resultados do estudo de base do PRONASAR poderão ser usados para ajustar alguns indicadores da tabela 3.

Na edição de 2010 deste relatório iniciava-se a descrição dum indicador pela definição e depois avaliava-se a sua evolução. Esta abordagem revelou-se útil para que os leitores compreendessem o significado dos indicadores, por isso será mantida.

Tabela 3. Indicadores Dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural

Indicador	Definição	Resultados								Metas		
		05	06	07	08	09	10	11	12	13	15	
Tempo para Buscar água	% de agregados familiares que gastam menos do que 30 minutos por dia a ir buscar água.				52,7	85,9						90
Acesso	% da população rural com acesso a abastecimento de água melhorada dentro de 500 metros.	42,1	43,2	48,5	51,8	55,4	59,6	64,2	66,2			70
Uso	% da população rural que usa fontes melhoradas*.	24,8	26,5	28,3	30	33,6	37,2	40,8	44,4			63
	% da pop. que usa instalações sanitárias melhoradas*.	4,5	5,0	5,5	6,0							67
Operacionalidade	% de fontes de água em funcionamento.	71,9	72,4	74,9	79,3	83,2	88,5	90,2	91,2			95
Infra-estruturas construídas e rehabilitadas	Nº de fontes de água novas e rehabilitadas/ano.	1.207	1.563	2.442	2.604	2.135	2.433	2.665	2.122			3.681
	Nº de PSAA novos e rehabilitados por ano.	8	6	38	6	4	52	41	17			
	Nº de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano.					507	316	6				
	Nº de latrinas melhoradas construídas por ano.					16.406	34.083	26.440	86.911			
	Nº de latrinas tradicionais construídas por ano.						175.299	134.415				
	Nº de latrinas tradicionais melhoradas construídas por ano.						69.195	92.311				
	Nº de aldeias livres de feccalismo a céu aberto certificadas por ano.				38	151	280	392				
Sustentabilidade	Nº de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano.						18	26	47			
Investimento	Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs com estruturas de apoio <i>in loco</i> a funcionar (em Milhões de Mts).						330,3	445,5	630,5			
	Rácio da redução das actividades do AASR fora do plano/fora do orçamento no PESOD.	-	1.1	1.3	1.7	-	1.4	0.6				
	% dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório da execução orçamental.											
	% da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do <i>procurement</i> público.						31					
Género	% de comités de água com mulheres em posição de chefia.											
Equidade	% de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento.				13							
	% de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre.											

Nota: Valores em vermelho e sombreados denotam projecções ou valores que precisam de confirmação por outras fontes de investigação

a) Tempo para buscar água

O tempo para a busca de água é definido como o tempo em minutos necessário para ir buscar a água e voltar a casa, incluindo o tempo de espera na fonte. Dados do Inquérito sobre Indicadores Múltiplos (MICS) realizado em 2008 mostram que em média as pessoas precisam de 48,7 minutos para buscar a água, sendo de 52,7 minutos nas zonas rurais e de 37,1 minutos nas zonas urbanas. O Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) 2008/9 mostra que a média nacional dos agregados familiares que levam menos de 30 minutos andando a pé até a fonte de água é de 87,8%, sendo 93,3% nas áreas urbanas e 85,9% nas áreas rurais.

Os dados do IOF 2008/9 não clarificam o tipo de fonte onde o agregado familiar vai e se o tempo inclui as duas viagens de ida e volta mais a espera na fonte, daí que são colocados em vermelho e sombreado para chamar a necessidade de melhor clarificação. Portanto o desempenho deste indicador é ainda duvidoso.

b) Acesso a água rural

Para o abastecimento de água o acesso é definido com a percentagem de pessoas que têm à sua disponibilidade uma fonte de água segura. As taxas de acesso na zona rural evoluíram de 42,1% em 2005 para 64,2% em 2011, correspondendo a um crescimento anual de 3,7%. Este ritmo de crescimento supera em 1,6% a taxa de crescimento da população rural, o que representa um bom desempenho.

O indicador de acesso de 2010 conheceu ajustes depois da apresentação pelo INE dos resultados censitários de 2007. A taxa de acesso tem sido calculada com base na Política de Águas (PA) de 2007, que especifica um nível mínimo de serviço de abastecimento de água rural de uma fonte equipada com bomba manual para 500 pessoas, e uma disponibilidade de 20 litros por pessoa por dia.

Estudos realizados em diferentes partes do país e os inquéritos realizados pelo INE têm mostrado que os parâmetros de 500 pessoas por fonte, da PA, estão desajustados². Esta realidade fez com que a DNA e seus parceiros iniciassem em 2010 discussões que levarão à adopção de novos parâmetros.

Para os Sistemas com fontanários aplica-se o disposto no artigo 81 do Regulamento dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Moçambique, que diz que o número de torneiras de uma rede de fontanários deve ser calculado de modo a que cada torneira abasteça no máximo 250 pessoas/torneira/dia. Claramente, fontanários de duas bicas contam para o dobro da população. Taxas de ligações domiciliárias consideram que uma ligação abastece 5 pessoas (média nacional dos agregados familiares).

c) Uso de fontes e de instalações sanitárias melhoradas

O parâmetro de uso é relativamente recente na medição das actividades do sector de águas e reflecte essencialmente a provisão do serviço do lado do utente. É definido como a percentagem de pessoas que, tendo à sua disposição, fazem uso efectivo das infra-estruturas e serviços de abastecimento de água e saneamento.

Dados do QUIBB 2004 e do MICS 2008, indicam que a proporção de pessoas usando fontes seguras nas zonas rurais, tem crescido a um ritmo de 1,75% ao ano, passando de 23% em 2004 para 30% em 2008. A média nacional nesse mesmo período saiu de 36% em 2004 para 43% em 2008. Não havendo dados de inquéritos, este relatório adopta o critério de que entre 2008 e 2011 a média da taxa de uso tenha crescido na

² Este desajuste faz com que alguns Distritos e Cidades tenham taxas de acesso superiores 100% quando de facto ainda há necessidade de investimentos em infra-estruturas de água.

mesma proporção que a média da taxa de acesso (3,6% ao ano). Sendo assim a taxa de uso de água rural foi calculada em 40,8% em 2011 e projectada para 44,4% em 2012. Este desempenho é considerado bom.

Em relação ao saneamento a taxa total de uso em 2008 situava-se em 19% contra 12,5% em 2004. Nas zonas rurais em 2004 a taxa foi de 4% sendo de 6 % em 2008, não havendo mais recentes, mas este indicador tem tido globalmente um desempenho muito fraco. O sector espera grandes impulsos na construção e uso das latrinas melhoradas nos próximos anos de tal forma que espera que em 2015, cerca de 67% da população rural esteja a utilizar uma infra-estrutura de saneamento melhorada. O alcance da meta de 67% em 2015 implica que desde 2009 a taxa de uso esteja a ser aumentada no mínimo em 8,7% ano. Esta meta é muito empenhativa, mas isso não quer dizer que não seja alcançável. Dados anuais, recolhidos pela DNA, têm mostrado que com a introdução do Saneamento Total Liderado pela Comunidade (SANTOLIC) têm-se produzido anualmente mais de 200 mil latrinas desde 2008, mas um pouco mais que 50% destas são consideradas tradicionais, menos que 40% são tradicionais melhoradas e apenas pouco mais que 10% têm sido consideradas melhoradas. Isto significa que o alcance da taxa de uso de 67% em 2015 é possível se o padrão nacional da latrina rural continuar for alterado de a latrina melhorada para latrina tradicional melhorada.

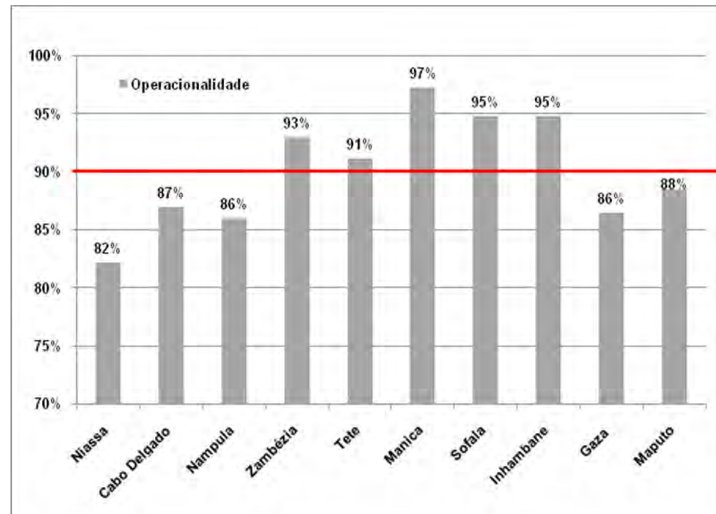


Figura 2 – Operacionalidade das fontes dispersas por província em 2011

d) Operacionalidade das fontes dispersas

A operacionalidade tem uma relação desconhecida com a taxa de acesso e é definida em função do número de infra-estruturas, principalmente de água, que estão operacionais no final de cada ano. A taxa nacional de operacionalidade das fontes dispersas aumentou em 2,3%, saindo dos 87,9% em 2010 para 90,2% em 2011. Visto assim, este indicador pode ser considerado que teve um desempenho excepcional. O gráfico a seguir mostra os dados de operacionalidade em 2011, no qual 5 províncias atingiram níveis de operacionalidade acima dos 90% (figura 2).

As províncias do Niassa (82%), Nampula (86%), Gaza (86%), Cabo Delgado (87%) e Maputo (88%) apresentam níveis de operacionalidade mais baixos que as províncias de Tete (91%), Zambézia (93%), Sofala (95%), Inhambane (95%) e Manica (97%), que apresentam níveis mais altos de operacionalidade.

Os dados gerados pelos Distritos neste período confirmam esta tendência, existindo grande número de distritos da mesma província que não apresentam avarias (ex: 9 dos 16 distritos da Zambézia) e outros com um número de avarias a um dígito (todos distritos de Manica e Inhambane). Porém, dadas as suas condições hidrogeológicas, dificuldades de logística de peças, falta de programas de assistência pós-construção, etc existem distritos que apresentam índices de avarias muito altos tais como Mueda (60%), Nangade (27%) e Chiúre (26%), em Cabo Delgado; Mavago (56%), Majune (46%), Mecula (42%), Sanga (28%) e Ngauma (27%), em Niassa e Chigubo (60%) em Gaza.

As taxas de operacionalidade altas pagam um preço muito alto em reabilitações, pois estas representam uma falha no processo de manutenção ou baixa qualidade das construções. O número total de fontes novas operacionalizadas por ano, nas áreas rurais, mais do que duplicou entre 2007-2011, quando comparado ao número de fontes habitualmente construídas e reabilitadas entre 2000-2005. Entretanto, o número total de fontes reabilitadas também duplicou, sugerindo que o nível de sustentabilidade não está necessariamente a melhorar (média de 42% dos esforços anuais entre 2007-2011, com mínimo de 28% em 2011, foram para as reabilitações). Por isso, os valores reportados devem ser assumidos com certa reserva, ponderando-se a situação caso-a-caso, e devem sujeitos a uma validação rigorosa, no âmbito do SINAS. A criação de Equipas Técnicas Provinciais de Planificação compostas pelos Departamentos de Água e Saneamento (DAS), os Serviços de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) e as ONGs que fariam esse trabalho nos seus distritos, poderia ser um ponto de partida a considerar.

e) Infra-estruturas de água e saneamento construídas e reabilitadas.

O indicador “Infra-estruturas construídas e reabilitadas” é medido uma vez ao ano, a 31 de Dezembro e serve para avaliar o progresso do sector em relação às metas físicas estabelecidas no PES desse mesmo ano.

Ao longo de 2011, foram tornadas operacionais 2.665 **fontes dispersas** contra 2.708 fontes planificadas, o que corresponde a uma execução de 98% do plano anual. Das fontes operacionalizadas, 1.785 foram furos novos (67%), 123 foram poços novos (5%) e 757 foram reabilitações (28%). Este desempenho representa um crescimento de capacidade de execução e por isso pode ser considerado bom.

Depois de uma alta variabilidade observada entre 2000-2005 (média anual de construção de 1.055 fontes/ano), a capacidade de construção começou a crescer em termos absolutos em 2007 quando foram construídas/reabilitadas 2.442 fontes. Entre 2007-2011 a capacidade de construção tem estado a uma média de 2.458 fontes por ano, o que corresponde a 2,3 vezes a média observada no período de 2000-2005, um ritmo suficiente para o alcance das metas do PQG 2010-2014 e dos ODMs em 2015³ (fig.3).

O aumento da capacidade de construção advém do aumento de empresas de perfuração incentivadas pela introdução de contratos em grandes lotes de furos (acima de 50 por contrato), por vezes de duração bienal, da adopção do PEC-Zonal que prepara e assiste as comunidades e da melhoria do processo de recolha dos dados sobre as execuções isoladas. Grandes pacotes e contratos plurianuais obrigam à profissionalização do sector privado e vão eliminando, aos poucos, empresas sem cultura empresarial e com fraca capacidade técnica. Grandes projectos,

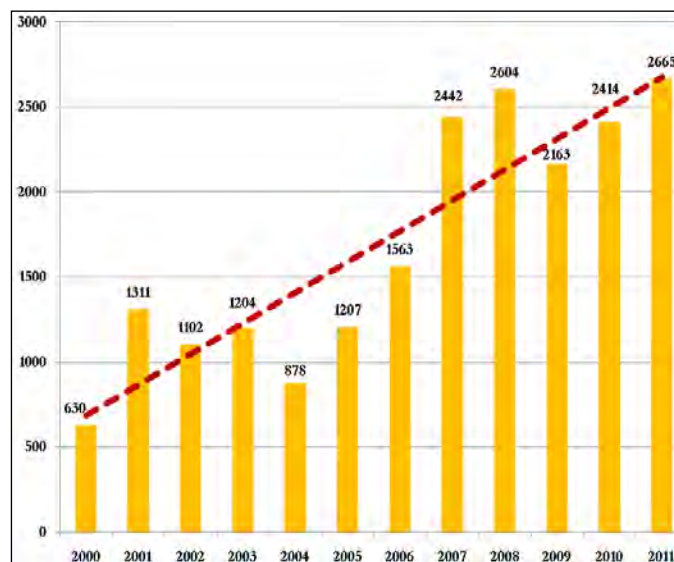


Figura 3 – Crescimento da capacidade de produção de fontes em 12 anos

eliminando, aos poucos, empresas sem cultura empresarial e com fraca capacidade técnica. Grandes projectos,

³ Para o alcance dos ODM, a DNA estima no seu PESA-ASR 2006-2015 que o ritmo anual de construção/reabilitação de fontes dispersas deverá situar-se entre um mínimo de 1.512 e um máximo de 2.150 fontes (num incremento médio anual de 1.804 fontes/ano), combinado com a construção/reabilitação de um mínimo de 5 e um máximo de 32 PSAA por ano.

tais como ASNANI em Nampula e Niassa e a Fundação AGA KHAN em Cabo Delgado, iniciaram a implementação de pacotes de perfuração plurianuais com lotes acima de 50 furos. Logo a seguir o MCA em Nampula e Cabo Delgado, Iniciativa 1 Milhão em Manica, Tete e Sofala e mais recentemente o PRONASAR, adoptaram a mesma estratégia. Mas os fundamentos das estratégias financeiras desta prática ainda não foram documentados.

Na área dos **Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água** houve duas frentes de trabalho, as actividades planificadas e as não planificadas no PES 2011. Tinha sido planificada a reabilitação de 40 sistemas (25% do tipo I e 75% do tipo II) em 20 distritos, tendo sido concluídos 13 (15% do tipo I e 85% do tipo II) o que corresponde a uma execução de 32,5% do planificado no PES de 2011. Dos restantes 27 sistemas planificados, 8 (20%) estão ainda em obras, 6 (15%) estão em processo de contratação de empreiteiros, 4 (10%) já têm os projectos executivos concluídos, 2 (5%) estão com estudos em curso e 7 (17,5%) não foram intervencionados por falta de dinheiro. Isto significa que dos 40 sistemas planificados, 82,5% deles tiveram algum tipo de intervenção e apenas 17,5% não tiveram intervenção por falta de recursos financeiros⁴. A previsão é de que depois das obras concluídas os sistemas beneficiem um total de 36.000 pessoas adicionais. Embora tenha havido progressos assinaláveis, a meta não foi cumprida mas com progresso. As causas apontadas para o não cumprimento do alvo incluem atrasos nos processos de *procurement*, atraso na disponibilização de fundos para implementação das actividades, falta de empreiteiros para reabilitação dos PSAA e fraca capacidade de gestão dos contratos.

A outra frente é constituída pelos PSAA intervencionados pelas ONGs e pelo sector da agricultura que não foram declaradas no momento de planificação do PES 2011, em Julho de 2010. Os dados apresentados pelos implementadores indicam que foram operacionalizados um total de 28 PSAA, dos quais 26 PSAA reabilitados (nas províncias de Cabo Delgado (4), Nampula (1), Manica (3), Sofala (2), Inhambane (9) e Gaza (7)) e 2 PSAA construídos *de novo* na província de Manica. Estas intervenções elevaram a capacidade de fornecimento de água dos PSAA para mais 25.432 pessoas adicionais.

No **saneamento rural** foram construídas um total de 253.166 latrinas, 9% menos que em 2010. Das latrinas construídas, 26.440 são latrinas melhoradas. Das restantes 226.726 latrinas, 92.311 são latrinas tradicionais melhoradas e 134.415 são latrinas tradicionais. Dado que o número total de pessoas LIFECA é de 228.087, utilizando o tamanho médio do agregado familiar em Moçambique que é de 5 pessoas, a contribuição total do SANTOLIC pode ser estimada em 45.617 latrinas, isto é, 18% das 253.166 construídas. O número de aldeias declaradas livres do fecalismo a céu aberto foi de 392 em 2011, um aumento de mais 112 comunidades que em 2010.

A recolha de dados de saneamento e particularmente sobre as latrinas escolares é ainda deficitária, mas registou algumas melhorias. Espera-se que com maior envolvimento dos Chefes de Posto Administrativo na monitoria das actividades de ASR haja uma melhoria significativa na qualidade da informação recolhida.

f) Sustentabilidade

Na tabela dos indicadores dourados, a sustentabilidade é definida como o número de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano. Em 2010 era de 18,

⁴ No PESA-ASR 2006-2015 a DNA esperava atingir os ODMs pela construção de fontes dispersas combinada com a construção/reabilitação de um mínimo de 5 e um máximo de 32 PSAA por ano.

tendo passado para 26 em 2011. É difícil saber se o desempenho foi bom ou mau porque a existência de lojas de peças sobressalentes é apenas um dos indicadores da sustentabilidade.

Recomenda-se a revisão deste indicador para que inclua indicadores de medição mais fácil. Provavelmente a fornecimento de peças sobressalentes e a operacionalidade poderiam formar um mesmo indicador agregado, pois boa sustentabilidade deveria resultar em altos níveis de operacionalidade, e baixa sustentabilidade causa baixa operacionalidade. A monitoria da sustentabilidade de fontes dispersas é muito mais difícil que a monitoria da operacionalidade, e a taxa de operacionalidade é muito bom indicador da sustentabilidade global.

Na reflexão sobre o novo indicador de sustentabilidade, poderia ser útil considerar os seguintes aspectos: (i) o papel do governo no controlo e garantia da qualidade das obras; (ii) necessidade das acções de Participação e Educação Comunitária trabalharem mais para a introdução duma cultura de manutenção preventiva das bombas de água nas comunidades; (iii) avaliação dos conteúdos, tempo e instrumentos aplicados na formação dos formadores das acções de PEC; e (iv) avaliação dos problemas logísticos e de gestão das empresas da área social, que prejudicam a qualidade e quantidade do serviço de PEC prestado.

g) Investimento

Em 2011, entre os indicadores de **investimento**, apenas um foi avaliado: o rácio da redução das actividades do AASR fora do plano/fora do orçamento no PESOD. A evolução deste indicador tem sido lenta mas satisfatória. Actualmente, o rácio de actividades realizadas fora do plano é de 0,6. A questão sobre os investimentos e execução financeira são tratados no capítulo 4.

O rácio apresentado mostra que existe ainda uma grande desconexão nos processos de planificação, sendo os níveis descentralizados os mais prejudicados. A alocação dos investimentos por nível tem mostrado que as províncias e as ARAs têm recebido entre 13 – 16% dos investimentos, mas o mandato de executar as actividades recai sobre estes dois níveis.

O esforço do sector deverá ser o de distribuir o orçamento para concretizar a descentralização. Mas é preciso ter em contas que existem programas que não são descentralizáveis, por exemplo por causa da gestão das relações com os parceiros externos. Por outro lado a descentralização do sector de águas, requer um acompanhamento por parte de outras entidades de apoio, tais como o Tribunal Administrativo.

h) Género e equidade

O **género** e a **equidade** foram escolhidos como indicadores da **equidade**. Até agora não foi possível recolher o indicador do género, que é a percentagem de comités de água com mulheres em posição de chefia. Estima-se que em 2008 13% dos agregados familiares residindo em áreas pobres tinham acesso à água e ao saneamento seguro.

2.2.2. Indicadores dourados do subsector de Água e Saneamento Urbano

Na edição de 2010 deste relatório foi dito que os indicadores de água e saneamento urbano não tinham sido formalizados. A revisão conjunta deste ano prevê uma sessão de discussão para esse fim. A tabela dos indicadores dourados propostos contém 7 indicadores e 14 definições que incluem o impacto, processo e eficiência dos serviços de abastecimento de água e saneamento dos centros urbanos principais e secundários.

Tabela 4. Indicadores Dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Urbano

Indicador	Definição	Resultados								Metas	
		05	06	07	08	09	10	11	12	15	
Incidência doenças de origem hídrica.	Número de casos de doenças diarreicas reportadas num determinado período										
Acesso a fontes de água.	% de pessoas que tem a sua disponibilidade uma fonte de água segura		36,5	38	40	50	60	51,4		70	
Uso de fontes de água.	% de pessoas que tem a sua disponibilidade uma fonte de água segura e usam-na	66	67,3	68,7	70		77				
Acesso a serviços de saneamento.	% de pessoas que tem a sua disponibilidade um serviço de saneamento seguro.	48,1	47,7	47,3	53,1	52,6	51,6			60	
Usos de serviços de saneamento.	% de pessoas que tem a sua disponibilidade um serviço de saneamento seguro e usam-no.	34	38,3	42,7	47						
Infra-estruturas construídas e reabilitadas	Poços e furos equipados com bombas manuais construídos e reabilitados										
	Fontanários públicos construídos	146	184	169	599	380	226	93	343		
	Ligações domiciliárias estabelecidas	10.181	11.300	12.660	13.307	35.144	38.115	82.188	66.638		
	Grau de execução de contratos de reabilitação e expansão de grandes sistemas										
	Latrinas melhoradas construídas num determinado espaço de tempo.					6.793	5.234	11.902	6.789		
	Casas de banho construídas e ligadas a rede de esgotos							290			
	Casas de banho construídas e ligadas a fossas sépticas							1.784			
Eficiência	Percentagem de perdas de água	<55	50	45	40	35					
	Continuidade do fornecimento de água	>19			19	18	20	18			

A inclusão dos sistemas secundários no abastecimento de água urbano trouxe mudanças significativas nos indicadores de ‘Acesso a fontes de água’ e de ‘Eficiência’, conforme se mostra na tabela 4 acima.

a) Acesso a fontes de água (Cobertura)

O indicador destina-se a avaliar o nível de necessidades dos consumidores em termos de acessibilidade de serviço, no que respeita à possibilidade de ligação destes à infra-estrutura física de distribuição de água. É definido em termos percentuais, considerando a população na área de intervenção do sistema, assumindo que uma ligação domiciliária abastece 5,3 pessoas e ainda, que um fontanário abastece 500 pessoas, obtendo-se assim o universo de consumidores abastecidos pela rede de distribuição de água do sistema⁵. A população

⁵ CRA (Outubro de 2011, 14). Relatório ao Governo 2010.

total utilizada para o cálculo da cobertura por água urbana em 2010 (resulta das projecções dos dados do censo de 2007) mais a adição dos sistemas secundários no cálculo das taxas de acesso origina algumas diferenças relativamente aos dados apresentados no anterior relatório de avaliação de desempenho 2010. Os dados do relatório anual de 2010 mostravam que a taxa de acesso tinha aumentado, 5,4% ao ano, de cerca de 37% em 2005 para 64% em 2010. Este número baixou para 51,4% em 2011 devido à adição da população dos sistemas secundários que apresentam taxas de acesso da ordem dos 14%.

Segundo o relatório anual da DNA (2012), as 18 cidades que compõem os sistemas principais, têm cerca de 79% da população urbana total, 3.4 milhões de pessoas servidas o que corresponde a uma taxa de acesso de 67% (fig.4). Esta taxa de acesso representa uma subida de 15,6% em relação a cobertura calculada pelo CRA para 2010, ou de 5,6% em relação ao acesso calculado pela DNA utilizando as projecções da população do INE. A diferença entre os números não pode ser explicada apenas pela população utilizada no cálculo da cobertura de 2010, mas também pelas metodologias utilizadas nas duas instituições, que são diferentes.

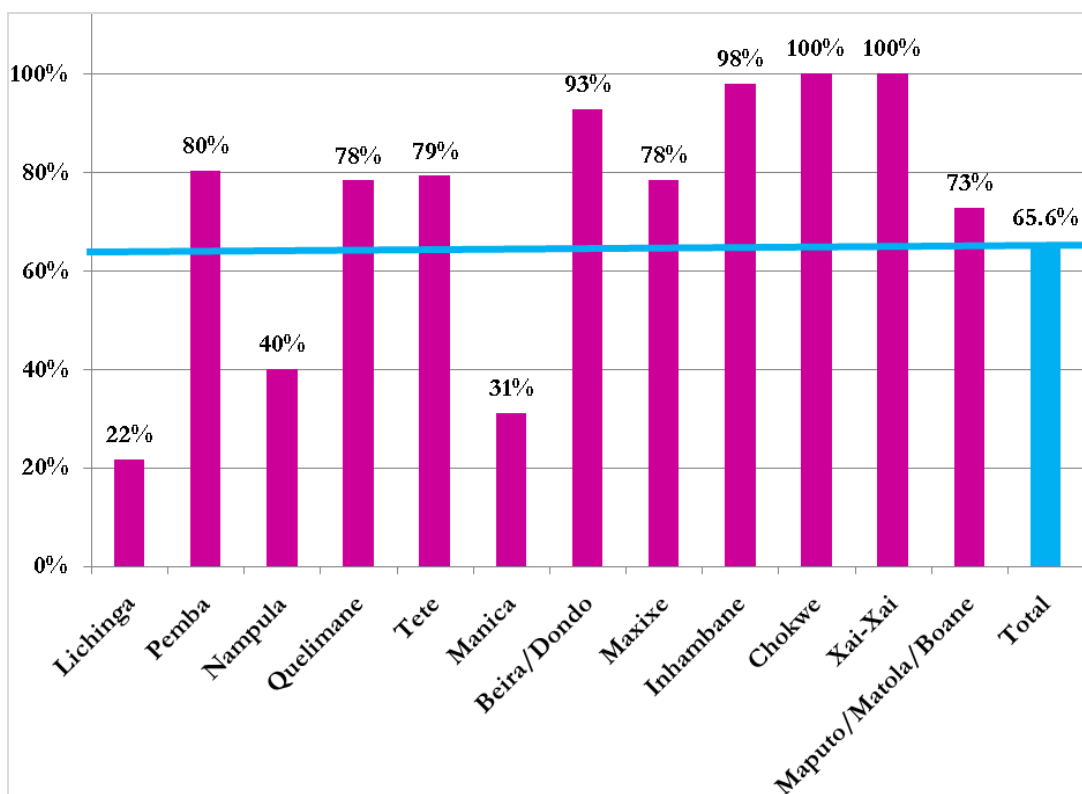


Figura 4 – Situação do acesso ao abastecimento de água nos sistemas principais

Nota: As cidades de Lichinga, Nampula, Tete e Manica incluem outros sistemas principais da mesma província

As cidades de Lichinga (22%), Manica (31%) e Nampula (40%) apresentam taxas de acesso abaixo da média e representam cerca de 36% de total população das áreas dos sistemas principais.

As áreas dos 130 centros urbanos que pertencem aos sistemas secundários, eram antes contabilizadas para o abastecimento de água rural. A partir de 2011 passaram a ser parte do abastecimento de água urbana. A população desses centros urbanos secundários representa cerca de 21% da população urbana total e sua cobertura é de 14% apenas, com 97,2 mil pessoas servidas (figura 5).

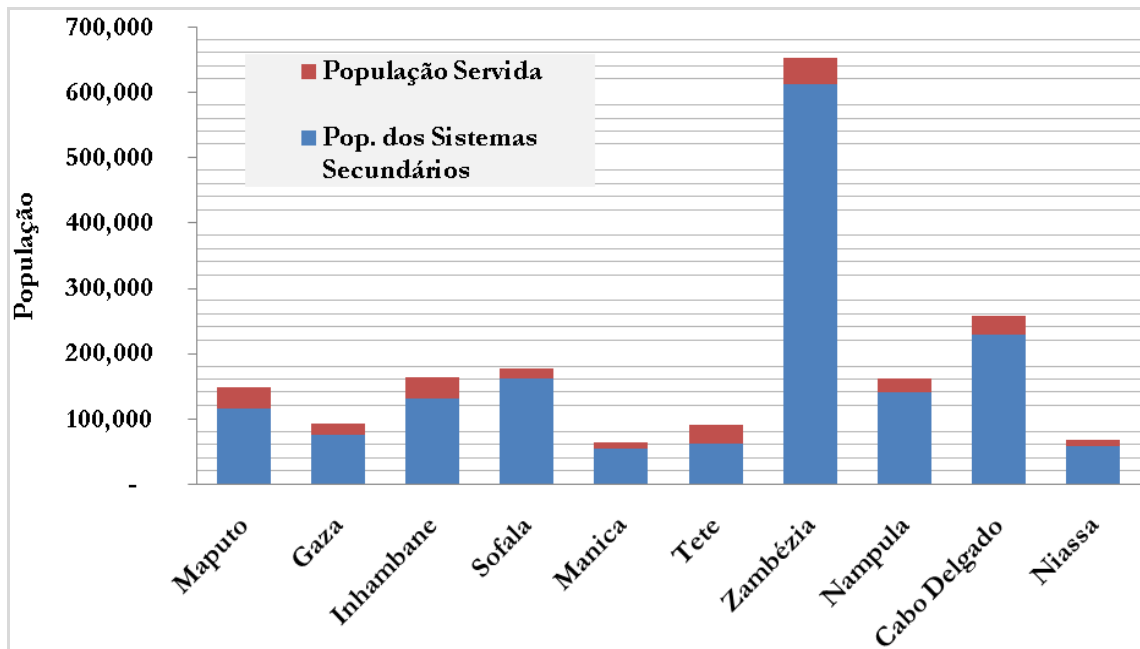


Figura 5 – Distribuição da população servida por sistemas secundários por província

Este reduzido nível de acesso é influenciado pelas províncias da Zambézia, Nampula e Cabo Delgado que contribuem com 1.001.665 (cerca de 61%) das 1.635.390 pessoas, de todas áreas dos centros urbanos dos sistemas secundários, das quais apenas 84.355 (cerca de 8%) estão servidas. Os restantes centros urbanos representam cerca de 39% da população e uma média de cobertura de 25%, o que provoca as alterações significativas verificadas na taxa de acesso de abastecimento de água urbana em relação a 2010.

A junção destes dois universos urbanos baixou a cobertura por abastecimento de água urbana para 51,4% em 2011. Dado que não existe distinção na definição do urbano, pode-se considerar que o objectivo inicial de alcançar 65% de cobertura por abastecimento de água urbana em 2011, não foi atingido.

b) Uso dos serviços de água e saneamento

Segundo o INE a percentagem de pessoas que usa água na área urbana cresceu a uma taxa de 1.0% ao ano, tendo por isso saído dos 66% em 2004 (QUIBB) para 70% em 2008 (MICS). O saneamento urbano cresceu a uma taxa de 3.3% ao ano partindo de 34% para 47% no mesmo período. O incremento anual de 1% ao ano sugere que a taxa de uso em 2011 estivesse à volta dos 72%, que seria bem mais alta que a taxa de acesso atingida em 2011 que é de 51,4%. Nestas condições não haveria dúvidas em dizer que este indicador foi atingido.

Mas os dados da tabela 4 parecem de facto trocados porque, em princípio, o uso deveria estar abaixo do acesso. Uma explicação possível é que os dados reportados pela DNA através do FIPAG e da AIAS referem-se apenas a cobertura por serviço público de água canalizada, deixando de lado os serviços dos Pequenos Provedores Independentes que em Maputo cobrem cerca de 10% da população e das bombas manuais que nas periferias de muitos centros urbanos cobrem entre 50 – 90% da população. Os inquéritos directos aos agregados familiares do INE consideram todas estas fontes. Recomenda-se que sejam uniformizadas as taxas de acesso com as taxas de uso pela identificação clara das fontes de água e do número de utentes dos Pequenos Provedores Independentes, em cada um dos centros urbanos.

c) Infra-estruturas construídas e reabilitadas

No âmbito do PES 2011, foram feitas 82.118 ligações domiciliárias, 50 mil ligações mais que as 32.118 ligações inicialmente planificadas (tabela 5). Com excepção de Pemba (88% de execução) e Cuamba (44% de execução) cujos planos não foram cumpridos, todos outros sistemas principais superaram as suas metas anuais. Maputo/Matola/Boane (3 vezes mais) e Beira/Dondo (3 vezes mais) tiveram o maior desempenho absoluto contribuindo com 56% das 50.070 ligações feitas além da meta. As cidades de Xai-Xai (7 vezes mais), Chókwè (5 vezes mais), Tete (5 vezes mais) e Chimoio (5 vezes mais) tiveram o melhor desempenho relativo e a sua contribuição foi de 28% das ligações feitas acima da meta anual. Apesar da fraca execução das ligações domésticas de Pemba e Cuamba, a meta deste indicador foi atingida. Considera-se que a redução da taxa de ligação domiciliária, o aumento da divulgação das campanhas água na hora (uma casa uma ligação), a expansão da rede de distribuição para novas áreas, a inclusão da rede terciária e ligações nos pacotes de financiamento, o pagamento em prestações, a melhoria da logística do aprovisionamento do material necessário para as ligações, o aumento da eficiência na planificação e execução dos projectos e o pagamento de impostos por parte dos financiadores foram as principais causas do rápido aumento das ligações domiciliárias.

Importa referir também que o cancelamento dos investimentos do Millennium Challenge Account (MCA) no sector urbano e a falta de cumprimento dos compromissos por parte dos empreiteiros e consultores têm sido apontados como factores que afectaram negativamente nos investimentos de expansão e consequentemente o desempenho dos sistemas secundários e do saneamento urbano nos últimos anos.

A actividade de construção dos fontanários não atingiu a meta de 2011 que era de construir 263 fontanários. A baixa procura pela população e a expansão da rede de distribuição que possibilitou maior acesso a ligações domésticas fez com que fossem construídos apenas 93 fontanários, o que significa uma execução de cerca de 35%. A redução da procura de fontanários públicos pela população tem sido notável ao longo dos anos. Segundo um estudo do WSP (2010), dez anos após o início do programa de abastecimento de água aos bairros periféricos (PAABP), uma avaliação efectuada pela SAWA em 1997 indicava uma diminuição da preferência pelo fontanário na cidade de Maputo. As principais conclusões desse estudo são: (i) a cobertura por fontanários nas áreas peri-urbanas das cidades de Maputo e Matola passou de 29% em 2001 para 3% em 2010; (ii) a tendência de redução tem sido acompanhada por uma redução do número total de utentes por fontanário de 100 famílias (ou 500 pessoas) para 35 famílias (ou 197 pessoas); e (iii) a fraca capacidade de gestão pelos comités de água e a sua fraca fiabilidade (baixa pressão e frequência de avarias e cortes) fez com que os utentes migrassem para a revenda de água no quintal e ligações domiciliárias como soluções mais definitivas.

Tabela 5 – Execução das LDs nas cidades FIPAG

Cidade	Ligações Domiciliárias em 2011		
	Plano	Efectuadas	Factor de execução
Maputo/Matola/Boane	10,500	30,876	3
Xai-Xai	400	2,716	7
Chókwè	400	1,853	5
Inhambane	400	1,322	3
Maxixe	528	1,153	2
Beira/Dondo	3,800	11,540	3
Quelimane	2,400	3,084	1
Nampula	3,000	5,376	2
Nacala Porto	1,000	1,632	2
Angoche	500	504	1
Pemba	2,500	2,211	0.9
Lichinga	1,000	1,454	1
Cuamba	1,000	441	0.4
Tete	800	3,867	5
Moatize	600	784	1
Chimoio	1,590	8,659	5
Manica	800	2,773	3
Gondola	900	1,943	2
Total	32,118	82,188	

d) Eficiência

A eficiência dos sistemas é medida pela continuidade do fornecimento de água e pela percentagem de perdas de água. O indicador ‘Continuidade do fornecimento de água’ avalia o nível de disponibilidade de água aos consumidores, e é medido como sendo a média das horas de distribuição de todos os centros distribuidores do sistema, enquanto o indicador ‘percentagem de perdas de água’ avalia a percentagem da água que deu entrada no sistema e que não é facturada, mesmo que esteja a ser consumida ilegalmente.

Da figura 6 observa-se que, com excepção de Maputo que tem 11 horas, todos os sistemas principais têm desempenho acima das 16 horas, que era o alvo fixado para 2010.

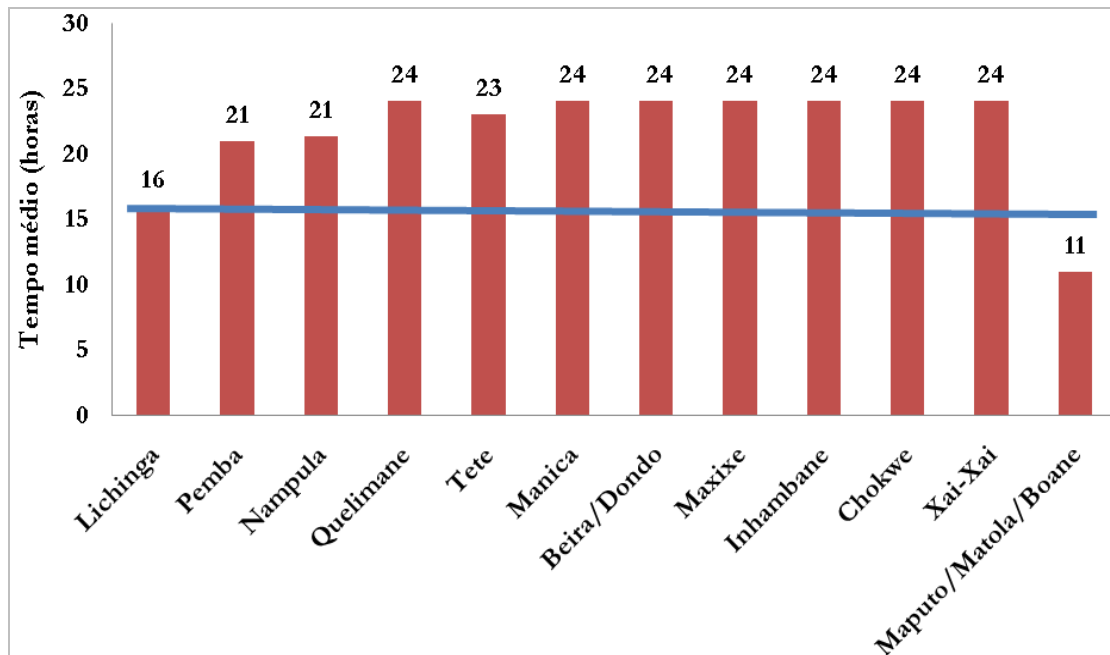


Figura 6 – Tempo de distribuição de água os sistemas principais

O tempo de distribuição não toma em conta a distância entre o centro distribuidor e os utentes, o que acaba dando uma informação não muito correcta, pois utentes próximos dos centros distribuidores têm maior tempo de distribuição de água que os situados nos extremos. O relatório do CRA (2011) refere que a situação de Maputo/Matola é resultado do atraso dos investimentos e da extensão da rede, sem que tenha havido uma redução significativa das perdas nem aumento de produção.

Em relação às perdas, o CRA (2011) considera que apenas 50% dos sistemas principais apresentavam perdas abaixo de 35% em 2010. Devido a falta de totalizadores nos sistemas, qualquer valor reportado abaixo de 30% deve ser visto com suspeição a menos que tenha sido validado por estudos rigorosos.

Os dados dos sistemas secundários são insuficientes para fazer uma avaliação de desempenho. Uma avaliação realizada pelo WSP (2009) em 8 sistemas sob gestão delegada, mostrou uma média de pouco mais de 15 horas por dia, mas os dados existentes no relatório anual da DNA (2012) mostram tempos de distribuição muito inferiores e muitas vezes não existe informação sobre os restantes 122 sistemas.

Sabe-se que os sistemas principais elevaram a média do tempo de distribuição de água de 18 horas por dia para 22 horas, situando-se acima do alvo fixado de 16 horas, mas as perdas ainda são elevadas e não são

adequadamente medidas por falta de totalizadores. Por outro lado o desempenho dos sistemas secundários foi insatisfatório por falta de investimentos e de informação sistematizada, pela fraca capacidade de gestão dos contratos, atrasos nos processos de *procurement* e dificuldades na execução financeira da componente interna por falta de terminal do e-SISTAFE na AIAS. A apreciação global do desempenho dos sistemas urbanos é de que não atingiram as metas dos indicadores da eficiência, mas houve progressos.

2.2.3. Indicadores dourados da gestão de recursos hídricos

Para gestão de recursos hídricos ainda não há indicadores formalmente estabelecidos, contudo a tabela 6 apresenta os principais indicadores propostos e que o SINAS tem tentado recolher. São propostos um total de 4 indicadores e 7 definições que incluem a população afectada por eventos extremos, nível de armazenamento de água, o número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas e infra-estruturas de retenção construídas.

Tabela 6. Indicadores Dourados para a Gestão dos Recursos Hídricos

Indicador	Definição	Resultados								Metas	
		05	06	07	08	09	10	11	12	15	
População afectada por eventos extremos	Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período										
Nível de armazenamento	Quantidade de água armazenada num dado período versus a capacidade instalada.										
Estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas	Número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas por ano.					54	42	80	50		
Infra-estruturas de retenção construídas e reabilitadas	Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano							1	2		
	Número de barragens médias construídas por ano							0	-		
	Número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano.						5	0	2		
	Número de represas construídas e reabilitadas por ano.						2	1	-		

Os indicadores “população afectada por eventos climatológicos” - que avalia o número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período, “nível de armazenamento” - que avalia a quantidade de água armazenada num dado período versus a capacidade instalada e “número de barragens médias construídas por ano” não são avaliados por falta de dados.

a) Número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas por ano

Estações hidroclimatológicas são unidades automáticas de monitoria compostas por sensores tais como os de nível, de radiação solar, de vento, de humidade, de pressão, pluviómetros, evaporímetros, sondas de qualidade de água, dentre outros, para obtenção de dados primários para modelos hidrológicos, hidráulicos, climatológicos e de qualidade de água⁶.

Em 2011 houve acções programadas no PES 2011 e outras realizadas fora do plano. Tinha sido planificada a reabilitação de 52 estações hidroclimatológicas, aquisição de equipamento e sua instalação em 7 estações telemétricas e instalação de 10 postos de rádios. Foram reabilitadas 51 estações hidroclimatológicas

⁶ Fractal Engenharia. Acedido em http://fractaleng.com.br/?page_id=180 no dia 10 de Março de 2012 .

correspondendo a 98% do plano, instaladas 6 estações telemétricas (86% do plano) e instalados 6 postos de rádio (60% do plano). As actividades não planificadas no PES 2011 compreenderam a reabilitação de 29 estações hidroclimatológicas (totalizando 80 estações reabilitadas), a realização de 200 amostragens de qualidade de água e emissão de 651 boletins hidrológicos nacionais e regionais. O sucesso da actividade de reabilitação das estações hidroclimatológicas é atribuído à efectivação do processo de *procurement* e aquisição de material antecipado e aos desembolsos atempados dos fundos.

Apesar do alto número de estações hidroclimatológicas reabilitadas, mas os alvos da instalação dos postos de rádio e das estações telemétricas não foram alcançados, sendo assim, as metas não foram globalmente atingidas.

b) Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano

Neste indicador houve também acções planificadas e aquelas que, não sendo de emergência, também foram realizadas fora do PES 2011.

Tinha sido planificada a realização de estudos nas barragens de Moamba Major e Nhadangara, reabilitação das barragens de Massingir e Nacala e o controlo e monitoria para a segurança das barragens de Macarretane, Corumana e Pequenos Libombos.

Em relação aos estudos barragem de Moamba Major foram realizados o estudo prévio de impacto ambiental, estudo prévio do projecto executivo, estudo de impacto ambiental, projecto base e proposta firme para execução da empreitada, produção da brochura do projecto e foi contratada a consultoria para elaboração do plano director da barragem. Estas actividades tiveram uma taxa de execução de 70% do plano. Os estudos da barragem de Nhadangara tiveram maiores atrasos, tendo se efectuado a demarcação das áreas afectadas pela albufeira, realização do censo e cadastro e consulta pública e identificação das zonas de reassentamento e do regadio correspondendo a uma execução de 30% do plano. As actividades de estudos não cumpriram com as metas, mas conheceram progressos. Este desempenho é atribuído aos atrasos no processo de *procurement*.

O processo de reabilitação das barragens de Massingir (25% do plano) e Nacala (5% do plano) não atingiu as metas mas teve pequenos progressos. As obras na barragem de Massingir não foram cumpridas devido a insuficiência de fundos, entretanto no ano 2011 o Sector assegurou o compromisso do governo para comparticipação no *deficit*, pelo que perspectiva-se a adjudicação e inicio das obras em 2012. As actividades realizadas compreenderam a impermeabilização da fundação e instalação de comportas no descarregador de fundo em Massingir e iniciadas as obras de reabilitação de Nacala tendo sido feito o desvio da estrada.

O desempenho da actividade de controlo e monitoria para a segurança das barragens de Macarretane, Corumana e Pequenos Libombos foi de 100% do planificado. Foi feita a conclusão do canal de restituição, iluminação do coroamento, plantio de relva no talude a jusante, demarcação perimétrica das albufeiras, reabilitação dos equipamentos hidromecânicos, substituição das comportas, instalação de um sistema automatizado da operação das comportas e a reabilitação do talude a jusante. As metas desta actividade foram cumpridas. Este desempenho é atribuído ao bom estágio de cooperação com os países de montante e aos desembolsos atempados dos fundos.

c) Número de barragens pequenas e represas construídas e reabilitadas por ano

No PES 2011, não foram inscritas actividades relacionadas com este indicador, entretanto realizaram-se intervenções em 11 pequenas barragens e reservatórios escavados, cujos resultados contribuíram para

aumentar em 211.000 m³ a capacidade de armazenamento actual. Foram concluídas as obras de reabilitação dos reservatórios de Mucuíne I e II, a construção das represas de Liupo em Mogincual e Kulula A em Namaacha. Iniciou-se a construção de 2 represas em Bárue, 1 em Nairuco em Rapale e de 4 reservatórios em Chigungussa em Morrumbene, Mavuiane – Pucane em Chibuto, Macandze e Nhanzinzire em Chigubo. Está em curso a elaboração dos ante-projectos das represas de Luenha em Changara, Tambara e de 2 em Mutarara e o projecto de construção do açude de Luia em Changara. Os alvos deste indicador não foram atingidos mas teve progressos assinaláveis. A não conclusão das obras e estudos iniciados em 2011 teve a ver com os atrasos verificados no processo de *procurement*.

2.3 Assuntos chave e recomendações

2.3.1 Assuntos chave

- As metas do QAD e dos indicadores de abastecimento de água rural foram atingidas, mas por causa do incumprimento das metas de saneamento urbano no geral o indicador do QAD sobre saneamento não foi atingido embora com progresso.
- A taxa nacional de operacionalidade das fontes dispersas aumentou em 2,3% saindo dos 88,5% em 2010 para 90,2% em 2011, entretanto a proporção das reabilitações entre 2007 – 2011 situou-se em 42%, sugerindo que o nível de sustentabilidade não está necessariamente a melhorar.
- A introdução de contratos de perfuração de grandes lotes e de períodos mais longos, permitiu aumentar a capacidade de construção duma média cerca de 1000 fontes por ano entre 2000 – 2005 para uma média acima de 2450 fontes por ano, um ritmo suficiente para o alcance das metas do PQG 2010 – 2014 e dos ODMs em 2015.
- Embora o número de latrinas construídas, nas zonas rurais, se situe a volta das 200 mil latrinas por ano desde 2008, dificilmente serão cumpridas as metas do PQG e dos ODM em 2014 e 2015 respectivamente. Em 2011 foram construídas 253.166 latrinas, mas somente cerca de 10% são consideradas latrinas melhoradas e contam para o acesso nas estatísticas oficiais.
- A mudança na base da população que vinha sendo usada nos anos anteriores para as projecções do INE (2010) e a fusão das áreas cobertas pelos sistemas de abastecimento de água principais (acesso 65,6%) e secundários (acesso 14%), baixou os dados de acesso da população urbana em geral ao abastecimento de água.
- Observou-se um desempenho positivo no acesso a fontes de água seguras, no uso dos serviços de água, no número de infra-estruturas construídas e reabilitadas e na eficiência dos sistemas principais de abastecimento de água, mas foi difícil estimar o desempenho dos sistemas secundários de abastecimento de água por insuficiência de dados.
- O número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas foi o único indicador do subsector dos recursos hídricos com meta cumprida. As metas dos indicadores de número de barragens grandes em construção e concluídas por ano e o número de barragens pequenas e represas construídas e reabilitadas por ano, não foram cumpridas mas tiveram progressos.
- Os atrasos verificados nos processos de *procurement*, na disponibilização de fundos internos e na homologação dos contratos foram apontadas como as maiores causas do atraso e incumprimento na execução dos planos.

2.3.2 Recomendações

- Os valores reportados de operacionalidade das fontes de água rurais devem ser assumidos com certa reserva, ponderando-se cada um dos casos e procedendo-se avaliações rigorosas, no âmbito do SINAS. A criação de Equipas Técnicas Provinciais de Planificação compostas pelos Departamentos de Água e Saneamento (DAS), os Serviços de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) e ONGs que fariam esse trabalho nos seus distritos, poderia ser um ponto de partida a se considerar.
- Seria recomendável a documentação da estratégia financeira e partilha de riscos associados à implementação dos contratos para grandes lotes de perfuração.
- Para corresponder com os esforços de construção das latrinas pela população rural, recomenda-se o sector a continuar com o processo de revisão dos parâmetros de cálculo das taxas de acesso e de uso de fontes de água e saneamento.
- De modo a beneficiar da experiência no financiamento e gestão do património, recomenda-se que a AIAS inicie parcerias com o FIPAG.

3. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS

O MOPH é o organismo do Governo com a autoridade sobre as obras públicas e gestão dos recursos hídricos, que dirige e controla superiormente as actividades do sector de Águas. A Direcção Nacional de Águas (DNA) é o órgão do MOPH responsável pelo abastecimento de água potável às populações, pelo saneamento e pela gestão dos recursos hídricos. A DNA é actualmente constituída por seis departamentos e três gabinetes⁷ (fig. 7). Foi iniciado em 2011 o processo de desenvolvimento do plano estratégico da DNA, no âmbito da reforma institucional do sector de águas para melhor se adequar às novas estruturas criadas e à evolução do conceito de descentralização (ARAs, FIPAG, AIAS, e papel dos Governos Provinciais e Distritais).

⁷ Departamentos de Gestão dos Recursos Hídricos, de Água Urbana, de Água Rural, de Saneamento, de Administração e Finanças e de Recursos Humanos. Gabinetes dos Rios Internacionais, de Obras Hidráulicas e de Planeamento e Controlo.

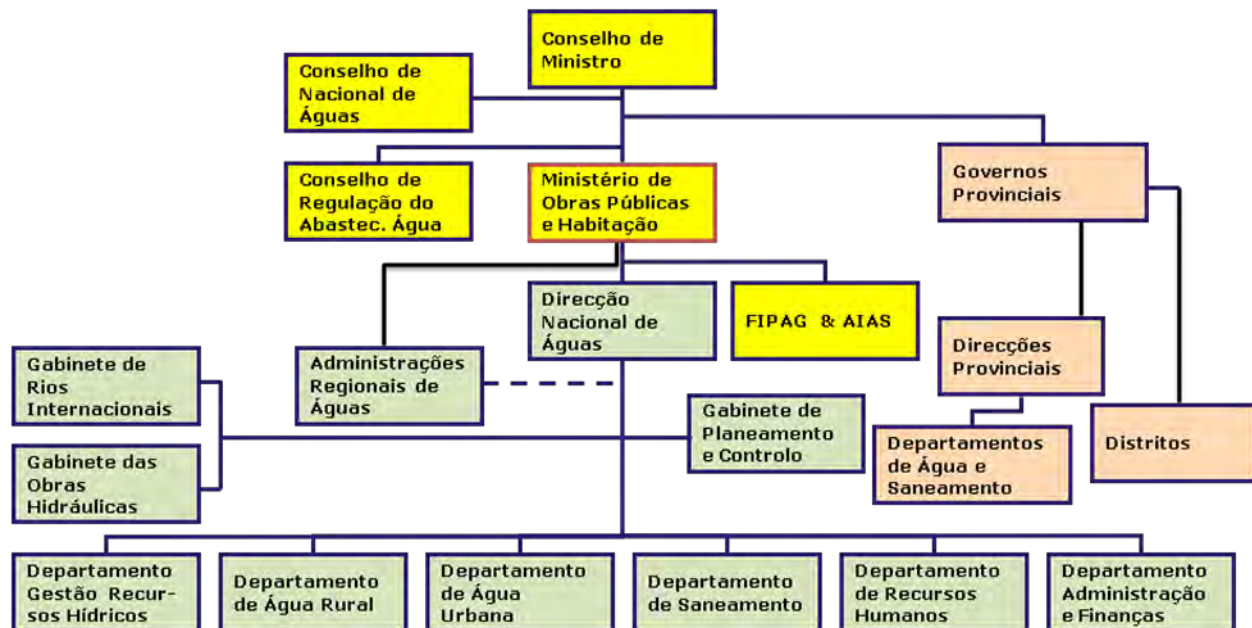


Figura 7 – Organograma do sector de águas de Moçambique

Conselho Nacional de Águas - É o órgão consultivo do Conselho de Ministros e de coordenação interministerial encarregado de se pronunciar sobre aspectos relevantes da política geral de gestão das águas e zelar pelo seu cumprimento.

Conselho de Regulação do Abastecimento de Água (CRA) – O CRA é uma entidade de direito público, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. Pelo Decreto 74/98 de 23 de Dezembro e Decreto 18/2009 de 13 de Maio, é responsável por conciliar os interesses dos utentes dos serviços públicos de abastecimento de água e os operadores dos sistemas primários e secundários, assegurando o equilíbrio entre a qualidade do serviço prestado e a sua adequação aos interesses dos utentes e a sustentabilidade económica dos sistemas de abastecimento de água. Esse mandato foi alargado aos sistemas de drenagem de águas residuais.

Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) - O FIPAG é o órgão responsável por gerir o património e o programa de investimento público nos sistemas de abastecimento de água que lhe forem confiados, promover o seu desenvolvimento e sustentabilidade económica e acompanhar a delegação da gestão dos sistemas de abastecimento de água a operadores privados. Foi estabelecido em 1998, através dos Decretos 72/98 e 73/98 (23 de Dezembro de 1998). O Decreto no 18/2009 de 13 de Maio atribui ao FIPAG a responsabilidade de investir e assegurar a operação dos sistemas principais de abastecimento de água, que servem os centros urbanos cuja população representa cerca de 80% da população urbana.

Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento (AIAS) – Pelo Decreto nº 19/2009 de 13 de Maio, foi criada a AIAS e os Conselhos Provinciais de Água e Saneamento (CPAS), para tomar responsabilidade pelo abastecimento de água e saneamento nas áreas urbanas secundárias (20% da população urbana) e pelos sistemas de drenagem de águas residuais em todas as áreas urbanas, mas sem obrigação de

recuperar os custos de capital. O mesmo Decreto prevê a criação pelos Governos Provinciais de entidades para exercer funções delegadas da AIAS ao nível provincial.

Administração Regional de Águas (ARA) – Criadas pelo Decreto 26/91 de 14 de Novembro as ARAs são responsáveis pelo desenvolvimento e a gestão operacional dos recursos hídricos, em todo o país. São 5 Administrações Regionais de Águas: ARA-Sul, ARA-Centro, ARA-Zambéze, ARA-Centro-Norte e ARA-Norte. Actualmente, apenas a ARA-Sul está totalmente operacional, estando as outras em várias etapas do seu desenvolvimento. Cabe às ARAs assegurar a disponibilidade de água (superficial bem como subterrânea) em quantidade e qualidade suficientes e a sua atribuição aos seus vários utentes. A água para o consumo humano sempre tem prioridade. Para custear a operação, manutenção e gestão (OMG) e uma parte dos investimentos em infra-estruturas, as ARAs vendem água bruta aos utentes, a tarifas fixadas periodicamente pelo Governo.

Gabinete de Planeamento e Controlo (GPC) - Tem a função de planificar, monitorar e controlar os programas de desenvolvimento no sector. É responsável pelo planeamento estratégico e de investimentos de curto e médio prazos dos níveis central, provincial e distrital. Com o desenvolvimento do SINAS, o GPC recebeu um novo desafio de tornar-se o centro de informação sectorial de excelência.

Gabinete dos Rios Internacionais (GRI) - Promove, facilita e coordena a cooperação no domínio das águas entre Moçambique e outros Estados, nomeadamente aqueles que com Moçambique partilham as bacias internacionais.

Gabinete de Obras Hidráulicas (GOH) – Promove a construção de obras hidráulicas, coordenando e supervisionando as actividades dos outros actores e mobiliza os respectivos financiamentos.

Departamento de Gestão de Recursos Hídricos (DGRH) - É a entidade dentro da DNA responsável pela gestão global dos recursos hídricos, bem como pela coordenação e supervisão das actividades de todos intervenientes no processo.

Departamento de Água Rural (DAR) - Cabe a este departamento a missão de coordenar actividades tais como a elaboração de políticas do subsector, planos de acção periódicos e coordenação e supervisão de projectos a várias escalas. O Programa Nacional de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) atribui ao DAR a responsabilidade de promover a equidade inter-provincial no acesso à água rural, melhoria significativa da assistência às Direcções Provinciais das Obras Públicas e Habitação (DPOPH) na elaboração de planos e orçamentos provinciais e na monitoria, supervisão e execução dos planos.

Departamento de Água Urbana (DAU) – É a unidade encarregue dos assuntos da água potável nos assentamentos urbanos. No entanto, numerosas acções relativas ao abastecimento de água das vilas menores foram tradicionalmente da responsabilidade do Departamento de Água Rural (DAR) e só a partir do ano 2007 passaram para o DAU. Com o alargamento do Quadro de Gestão Delegada o DAU passou a ser o braço da DNA com a responsabilidade de planeamento estratégico, monitoria, definição de políticas gerais, coordenação intersectorial e supervisão do abastecimento de água aos centros urbanos.

Departamento de Saneamento (DES) – É a unidade da DNA responsável pelos assuntos do Saneamento urbano e rural. Com a aprovação de um programa nacional integrado de água e saneamento rural (PRONASAR) e a criação da AIAS como entidade central responsável, a nível operacional, pelo saneamento nas áreas urbanas, a função específica dum DES parece-se mais com a do DAU. Enquanto as mudanças institucionais nos subsectores de água e saneamento rural são bastante similares no que respeita à definição e coordenação das políticas e estratégias, no caso do saneamento a planificação mais operativa e a gestão de

recursos na fase de implementação deixam um maior papel às famílias, comparativamente com a água. Também é possível ver que no caso do saneamento ressalta o papel do Conselho Municipal, que por lei é responsável pelo saneamento na respectiva área de jurisdição.

Departamento de Recursos Humanos (DRH) – É o organismo que tem por função criar, manter e desenvolver um contingente de pessoas com habilidades, motivação e satisfação para realizar os objectivos do sector de águas. Actualmente esta unidade trabalha com assuntos transversais tais como os de VIH/SIDA e género.

Departamento de Administração e Finanças (DAF) – As responsabilidades deste departamento incluem a elaboração e execução de planos financeiros e a gestão do orçamento corrente e do património. O DAF e o GPC trabalham em cooperação com o Departamento de Planificação e Investimentos do MOPH, a Direcção Nacional do Plano e Orçamento do Ministério do Plano e Desenvolvimento, o DAF do MOPH, a Contabilidade Nacional Pública e com o Tesouro do Ministério das Finanças.

A nível das Províncias a responsabilidade pelas actividades do sector é dos Departamentos de Água e Saneamento (DAS), dentro das **Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação (DPOPH)**. Cada DAS tem um quadro técnico composto de alguns engenheiros e técnicos médios, que fazem as contratações e prestam apoio aos operadores dos sistemas de abastecimento e às actividades de saneamento na respectiva Província.

Além destas entidades governamentais, existem outras sob a tutela do MOPH com responsabilidades sectoriais, tais como a formação. Esta actividade vem sendo realizada há mais de 30 anos pelo **Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento (CFPAS)** que forma quadros e faz pesquisas aplicadas para o sector. Hoje, com a descentralização e a liberalização de muitas actividades anteriormente financiadas exclusivamente pelo estado, a situação é bem diferente. O CFPAS também precisa se adaptar a esta nova realidade, e já está a introduzir iniciativas para o efeito. Porém, a transição de entidade estatal de ensino para empreendedor num mercado competitivo ainda não foi feita. Do ponto de vista sectorial, não há dúvidas que existe uma necessidade crescente para capacitação a todos os níveis.

Os Governos Locais (Distritos e Municípios) - A lei Lei 8/03 reafirma a competência dos órgãos locais para realizarem investimentos no abastecimento e saneamento. Com efeito, especialmente os municípios maiores, fazem alguns investimentos na extensão da rede de distribuição de água, muitas vezes com fundos oriundos de projectos de melhoramento urbano. A descentralização de fundos de água rural desde 2007, trouxe alguma dinâmica e maior responsabilização dos Governos Locais e os processos de planificação vão crescendo.

Comunidade - A comunidade é o primeiro cliente das actividades do sector de águas. Nas áreas rurais, as comunidades são responsáveis por exigir, fazendo contribuição em dinheiro para despesas de capital e operação e manutenção de abastecimento de água e saneamento. Uma comissão de usuários da água, muitas vezes referida como um Comité de Água e Saneamento (CAS) deve, idealmente, ser estabelecida em cada ponto de água. As opções de provisão das zonas urbanas incluem ligações domiciliárias, fontanários, compra ao vizinho, fornecimento em tanques e bombas manuais. Por isso, prevalecem princípios de abastecimento distintos e várias formas de organização, desde os Comités de Água, Operadores Privados de fontanários, etc.

4. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO SECTOR

Este capítulo define o desempenho financeiro geral para o Sector de Águas e o exercício financeiro de 2011. Apresenta uma visão geral das dotações orçamentais, os fundos libertados e o montante gasto na execução das actividades do sector.

4.1 Gestão de finanças públicas

A planificação, orçamentação e gestão financeira do sector público são implementadas por intermédio do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), criado pela Lei 9/2002 de 12 de Fevereiro e do Regulamento do SISTAFE, aprovado pelo Decreto n.º 23/2004, de 20 de Agosto. O Governo funciona ao abrigo de um sistema de planificação e orçamentação unificado. As actividades do Governo ao nível central, provincial e distrital estão inseridas no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento de Estado (OE) a ele associado. O PES consolida os planos sectoriais e provinciais que, cada vez mais, são elaborados com base nos planos distritais.

Para melhorar a exactidão e a inclusão da planificação distrital e provincial, as actividades relevantes das ONGs, do sector privado e outros têm sido captadas e incluídas nos planos, orçamentos, monitoria e actividades de prestação de contas. Isto requer procedimentos eficazes de recolha de dados, com base em monitoria regular, fluxos de informação e relatórios entre comunidades, distritos, províncias, DNA, Governo, parceiros de desenvolvimento e outros.

O PES e o OE do Governo reflectem as prioridades tal como definidas no Plano Quinquenal do Governo, que desde 2010 é operacionalizado por intermédio do PARP. Além disso, a elaboração tanto do PES como do OE têm em conta as projecções financeiras do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), que fornece o envelope financeiro a médio prazo para todos os programas do governo e faz a ligação entre os planos e orçamentos anuais e a médio prazo.

4.2 Execução financeira 2011

As actividades do sector de águas são financiadas por dois orçamentos, o Orçamento de Funcionamento e o Orçamento de Investimento. O Orçamento de Funcionamento é financiado integralmente por fundos do Orçamento do Estado (OE) e o Orçamento de Investimento é financiado por fundos do OE e pelos fundos externos de parceiros do Apoio Programático (PAPs) e de parceiros de implementação de projectos. O funcionamento da DNA e outras instituições do Sector é suportado pelos projectos de investimentos, incluindo o salário do pessoal fora do Quadro. Os salários do pessoal do quadro são geridos directamente pelo MOPH, não sendo fácil destrinçar o salário do pessoal alocado a DNA e outras instituições.

As dotação total e actualizada do sector de águas para 2011 foi de 8.800.299,93 milhares de Meticais, dos quais 710.669,26 milhares de Meticais do OE e 8.089.630,67 milhares de Meticais de fundos externos. A repartição por níveis de alocação mostra que cerca de 84% foi alocado ao nível central (DNA, FIPAG, AIAS e CRA), 13% para as ARAs e cerca de 3% para as províncias (figura 8).

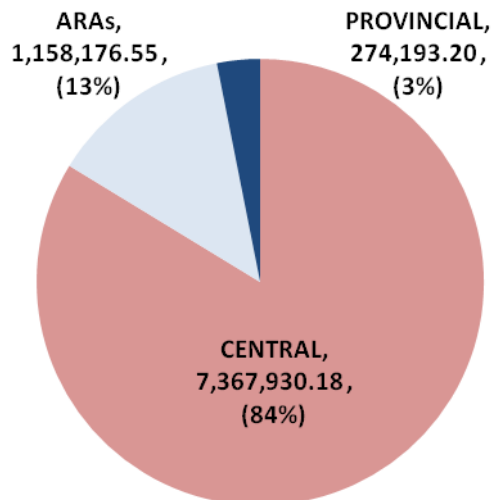


Figura 8 – Repartição dos fundos totais (internos e externos) por nível

Entre 2000-2011, tem-se observado que a comparticipação dos parceiros tem sido a fonte mais importante de financiamento das actividades do sector. Saída dos níveis de 20% do total das dotações de 2000, a contribuição dos parceiros do sector de águas contava para cerca de 92% de todas as dotações de 2011 (fig. 9).

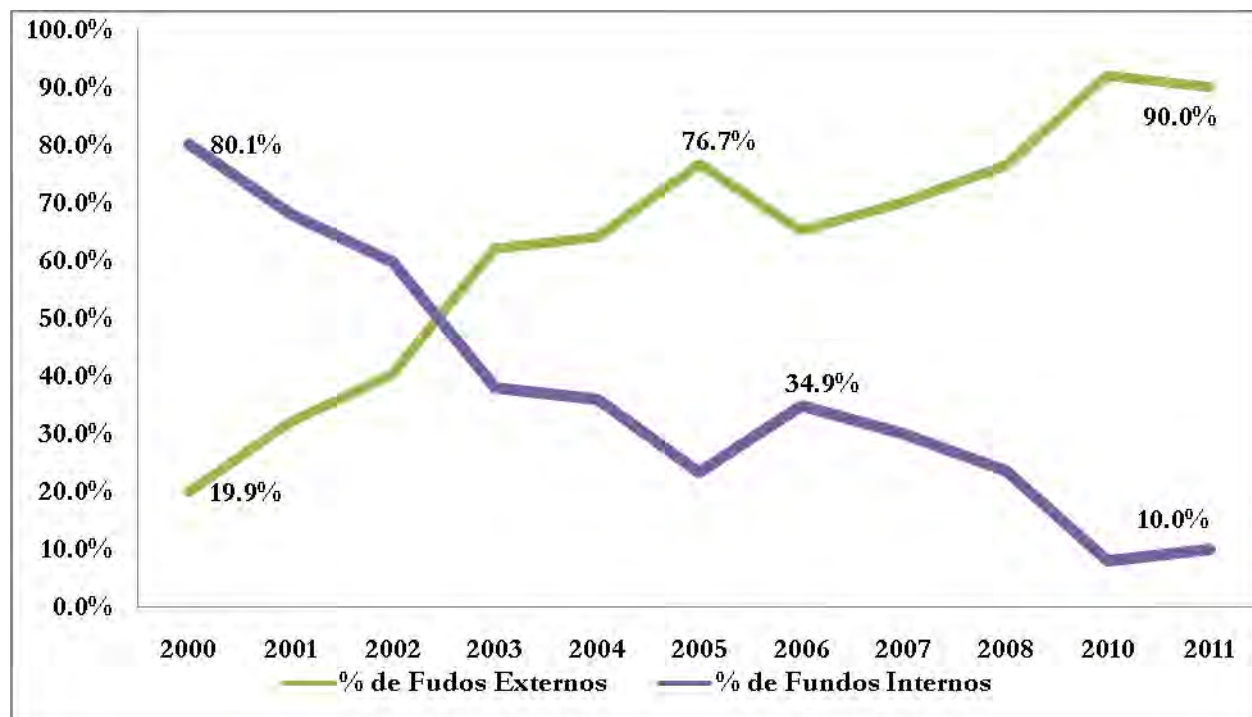


Figura 9 – Evolução das contribuições dos PAP's ao Sector de Águas comparada com o OE
 Fontes: 2000 – 2008 – WB (2010). Public Expenditure Review for the Water Sector
 2010 – 2011 – DNA (2010 – 2011). Relatórios da Execução Financeira do Sector de Águas

Mas devido a vários factores a execução dos fundos externos tem estado em níveis muito baixos, o que torna ineficiente a implementação dos planos estratégicos e operacionais do sector. Em 2011 a taxa de execução

dos fundos externos dotados foi de 56%, uma subida de 8% em relação a 2010. Essa fraqueza foi notória a todos níveis, como se mostra na análise por instituições que a seguir se faz.

4.2. 1. Orçamento de investimento - Fundos Internos

O Orçamento do Estado alocado ao Sector de Águas no exercício de 2011 teve a dotação actualizada de 710.669,26 milhares de Meticais a execução de 647.400,84 milhares Meticais correspondente a execução de 91%, repartido pelos níveis Central, Provincial e Administrações Regionais de Aguas (ARAs), conforme a tabela abaixo.

Tabela 7 - Despesas Totais de Investimento do Sector em 2011 em Milhares de Meticais

Instituição	Dotação	Execução	% Execução	Peso
Central	440,293.30	389,635.98	88%	62%
ARAS	211,725.55	206,966.73	98%	30%
Províncias	58,650.41	50,798.13	87%	8%
Total	710,669.26	647,400.84	91%	100%

Fonte: DNA (2012) - Relatório da Execução Financeira do Orçamento de Investimento do Sector de Águas

Do total da dotação alocada ao sector, 62% foi gerido a nível central (DNA, FIPAG e AIAS), 30% pelas ARAs e 8% foi gerido pelas províncias. Para o orçamento gerido a nível central a execução financeira foi de cerca de 88%, 98% para as ARAs, enquanto para as províncias a execução foi cerca de 87%.

4.2.2 Orçamento de Investimento por Instituição – Nível Central

A dotação final alocada às instituições do Nível Central foi de 440.293,30 milhares de Meticais, tendo como execução 389.635,98 correspondente a 88%, a destacar o FIPAG com execução de 100% a DNA 97%, CRA 92% e o AIAS com 67%. Com relação ao peso do orçamento alocado ao Sector para o nível Central, a DNA teve 42% do valor orçamentado para o Sector, 30% para a AIAS, 23% para o FIPAG e 6% para o CRA (tabela 8).

Tabela 8 - Despesas Totais de Investimentos por instituição - Nível central, em Milhares de Meticais

Instituição	Dotação	Execução	% Execução	Peso
DNA	184,306.75	179,130.76	97%	42%
FIPAG	100,000.00	100,000.00	100%	23%
AIAS	130,813.55	87,249.22	67%	30%
CRA	25,173.00	23,256.00	92%	6%
Total	440,293.30	389,635.98	88%	100%

Fonte: DNA (2012) - Relatório da Execução Financeira do Orçamento de Investimento do Sector de Águas

Importa referir que a AIAS teve uma baixa execução em relação a outras instituições do sector, em parte devido à criação tardia da Unidade Gestora Beneficiária (UGB) do SISTAFE, que condicionou a transferência da execução do Orçamento do MOPH para a AIAS.

4.2.3 Orçamento de Investimento por Instituição – ARAs

A dotação alocada às ARAs, no montante de 211.725,55 milhares de Meticais, teve uma execução de 206.966,73 correspondente a 98%. Importa referir que da dotação alocada às ARAs cerca de 83% foi alocada à ARA Sul, 4% à ARA Centro, 6% para a ARA Zambeze, 5% à ARA Centro Norte e 1% à ARA Norte.

Tabela 9 - Despesas Totais de Investimentos pelas ARAs, em Milhares de Meticais

Instituição	Dotação	Execução	% Execução	Peso
ARA Sul	175,171.00	172,693.00	99%	83%
ARA Centro	9,359.00	9,329.00	100%	4%
ARA Zambeze	13,064.00	11,536.00	88%	6%
ARA Centro Norte	11,313.47	11,235.55	99%	5%
ARA Norte	2,818.08	2,173.18	77%	1%
Total	211,725.55	206,966.73	98%	100%

Fonte: DNA (2012) - Relatório da Execução Financeira do Orçamento de Investimento do Sector de Águas

4.2.4 Orçamento de Investimento - Fundos Descentralizados

Em relação à descentralização as Províncias e distritos em 2011, foram descentralizados fundos a partir do Orçamento do Estado descentralizado pelo Ministério das Finanças (MF) directamente para as Províncias e Distritos. À semelhança do que tem acontecido anualmente, a DNA também descentralizou parte dos seus fundos para as províncias, para fins de reabilitação e Construção das fontes de Abastecimento de Água e Saneamento Rural, conforme a tabela 10.

Tabela 10 - Despesas Totais de Fundos descentralizados em Milhares de Meticais

Província	Ministério das Finanças			DNA - PRONASAR			Total		
	Dotação	Execução	% de Execução	Dotação	Execução	% de Exe	Dotação	Execução	% de Execução
Niassa	3,547.63	2,815.67	79%	1,800.00	67.00	4%	5,347.63	2,882.67	54%
Cabo Delgado	5,325.35	5,193.26	98%	-	-	-	5,325.35	5,193.26	98%
Nampula	2,952.30	2,834.79	96%	-	-	-	2,952.30	2,834.79	96%
Zambézia	4,372.02	4,372.02	100%	-	-	-	4,372.02	4,372.02	100%
Tete	4,164.02	4,163.31	100%	-	-	-	4,164.02	4,163.31	100%
Manica	2,506.71	2,493.59	99%	-	-	-	2,506.71	2,493.59	99%
Sofala	6,645.76	6,556.91	99%	-	-	-	6,645.76	6,556.91	99%
Inhambane	4,716.12	4,683.57	99%	2,700.00	2,692.00	100%	7,416.12	7,375.57	99%
Gaza	14,768.89	12,292.00	83%	3,000.00	523.00	17%	17,768.89	12,815.00	72%
Maputo	2,151.61	2,111.02	98%	-	-	-	2,151.61	2,111.02	98%
Total	51,150.41	47,516.14	93%	7,500.00	3,282.00	44%	58,650.41	50,798.14	87%

Fonte: DNA (2012) - Relatório da Execução Financeira do Orçamento de Investimento do Sector de Águas

Do Orçamento do Estado foram descentralizados pelo MF cerca de 51.150,41 milhares de Meticais com uma execução de 47.516,13 milhares de Meticais correspondentes a uma execução de 93%. As províncias de Gaza, Sofala e Cabo Delgado tiveram as dotações mais elevadas das Orçamento atribuído as províncias, com 29%, 13% e 10% respectivamente. As províncias de Maputo e de Manica são as que tiveram dotações mais baixas, com 4% e 5% respectivamente.

Da componente interna da DNA foram descentralizados fundos para as províncias de Inhambane, Gaza e Niassa, tendo a província de Inhambane executado em 100%. Do total dos fundos descentralizados no montante de 7.500 milhares de Meticais foram executados 3.282 milhares de Meticais correspondentes a 44%. No global das duas dotações foram descentralizados 58.650,41 milhares de Meticais com uma execução de 50.798,13 milhares de Meticais, correspondente a 87%.

4.3 Orçamento de Investimento - Fundos Externos

A semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, o Sector para o exercício económico de 2011, realizou grande parte das suas actividades. A dotação global por fundos externos foi de **8.089.630,67 milhares de Meticais**, o equivalente a quase 10 vezes mais do que o orçamento interno. Isto mostra que o sector continua a depender de forma significativa dos financiamentos externos. Importa referir que este montante inclui o Projecto de Abastecimento de Água financiado pelo Millennium Challenge Corporation (MCC), por se tratar de um projecto relacionado com água, apesar de estar inscrito no orçamento do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD).

Tabela 11 - Despesas Totais de Investimentos – Fundos Externos em Milhares de Meticais

Níveis	Dotação	Execução	% Execução
Central	6.927.636,88	4.404.511,72	64%
ARAS	946.451,00	33.694,00	4%
Províncias	215.542,79	99.676,77	46%
Total	8.089.630,67	4.537.882,49	56%

Fonte: DNA (2012) - Relatório da Execução Financeira do Orçamento de Investimento do Sector de Águas

O Nível Central absorve grande parte da dotação dos fundos externos com 64%, as Províncias com 46% e as ARAS com 4%. A dotação das Províncias é referente ao FC PRONASAR. Em relação aos fundos externos importa referir que apenas se trata de fundos externos On e Off-CUT e On-Budget. O Sector tem conhecimento que existem ainda muitos projectos pequenos e médios que operam nas províncias, contribuindo para alcance das metas e que os seus investimentos não estão reflectidos nestas análises.

Assim, continuar-se-á a envidar esforços no sentido de captar os investimentos que são executados fora do sistema do Estado, pois o sector reconhece o valioso apoio que têm prestado ao Abastecimento de Água e Saneamento nas zonas Rurais.

Em relação aos fundos Externos alocados às ARAS, importa referir que apenas três ARAs têm financiamento dos fundos do Externos, nomeadamente a ARA Sul, com o Projecto de Reabilitação da Barragem de Massingir, a ARA Centro com o Projecto de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Punguè financiado pela ASDI e o Projecto sobre os Cursos de Água partilhados das Bacia de Save, Búzi (ARA Centro) e Rovuma (ARA Norte).

Constata-se também que a execução desses fundos foi extremamente baixa, 2% para ARA Sul, pois os desembolsos que foram feitos foram apenas para despesas correntes tais como serviços de pequenas consultorias, auditorias, e salários. Os contratos de obras de construção de um descarregador auxiliar e reabilitação de descargas de fundo inicialmente previstos não foram realizados.

No âmbito do Fundo do Comum do PRONASAR foram descentralizados fundos a todas as Províncias, com particular destaque para as Províncias consideradas Piloto, nomeadamente (Maputo, Gaza e Zambézia) que receberam as maiores dotações, como se ilustra na tabela abaixo. Importa referir também que cada província piloto tem 5 distritos que também recebem dotações.

Tabela 12 - Financiamento Externo nas ARAs, em Milhares de Meticais

Instituição	Dotação	Execução	% Execução	Peso
ARA Sul	856,911.00	16,466.00	2%	91%
ARA Centro	89,540.00	17,228.00	19%	9%
ARA Zambeze	-	-	-	-
ARA Centro Norte	-	-	-	-
ARA Norte	-	-	-	-
Total	946,451.00	33,694.00	4%	100%

Fonte: DNA (2012) - Relatório da Execução Financeira do Orçamento de Investimento do Sector de Águas

Em 2011, tal como aconteceu em 2010, continuou-se a registar a demora na disponibilização de fundos às Províncias. Perante este cenário a DNA encetou vários encontros com a Direcção Nacional do Orçamento (DNO), no sentido de agilizar os processos.

Outro aspecto que merece destaque foi o facto de que em 2011 o FC PRONASAR teve um desembolso adicional do DFID no montante de 2,5 milhões de Libras, facto que condicionou que o saldo transitado para 2012 do FC PRONASAR fosse elevado.

4.4 Orçamento de investimento total e comparação com o REO do Ministério das Finanças

Para o exercício de 2011, o sector de Águas teve como dotação 5.185.283 milhares de meticais, incluindo os fundos internos, externos on e off CUT on Budget, e fundos descentralizados no montante de 8.800.299 milhares de meticais, com uma execução de 59%.

Do montante acima referido, cerca de 84% corresponde a fundos geridos a nível Central, mas cujas actividades decorrem nas províncias e cerca de 16% foram descentralizados para as Províncias e ARAs. Nota-se que a percentagem dos fundos descentralizados ainda é reduzida.

Tabela 13 - Orçamento de Investimento - Fundos Internos e Externos, em Milhares de Meticais

Descrição	Dotação Actual	Execução	%	Peso da Dotação
Fundos Internos	710.669,26	647.400,84	91%	8%
Fundos Externos	8.089.630,67	4.537.882,49	56%	92%
Total (com MCC)	8.800.299,93	5.185.283,33	59%	100%

Fonte: DNA (2012) - Relatório da Execução Financeira do Orçamento de Investimento do Sector de Águas

Tabela 14 - Orçamento de Investimento - Fundos Internos e Externos, em Milhares de Meticais – com MCC

Nível	Dotação Actualizada	Execução	%	Peso da Dotação
Centralizado	7.367.930,18	4.794.147,70	65%	84%
Descentralizado	1.432.369,75	391.135,63	27%	16%
Total Geral	8.800.299,93	5.185.283,33	59%	100%

Fonte: DNA (2012) - Relatório da Execução Financeira do Orçamento de Investimento do Sector de Águas

4.5 Dívida do Sector

Em relação à dívida do Sector, o Governo tem envidado esforços no sentido de diminuir a dívida.

Tabela 17 - Posição da dívida acumulada do Sector a 31 de Dezembro de 2011, em Milhares de Meticais

	Instituição	Facturação	IVA	Comparticipação	Total
DNA	Saneamento	54.488,00	18.511,00		72.999,00
	ASNANI	39.094,00	33290,00	4.470,00	76.854,00
	GPC	745,60			745,60
FIPAG			0,00	0,00	0,00
ARA Centro			486,00		486,00
ARA Sul			0,00	0,00	0,00
ARA Zambeze			15.224,00		15.224,00
Total		94.327,60	67.511,00	4.470,00	166.308,60

Fonte: DNA (2012) - Relatório da Execução Financeira do Orçamento de Investimento do Sector de Águas

É de referir a liquidação na totalidade da dívida acumulada até Dezembro de 2010 do Projecto de Saneamento da Beira, paga no I ° Trimestre de 2011 e a redução da dívida dos projectos do FIPAG.

No Projecto do Estádio Nacional, referente a Construção da Drenagem do Estádio Nacional e da Estação de Tratamento de Águas Residuais ETAR da Vila Olímpica, foram feitos pagamentos quase na sua totalidade.

A figura 10 abaixo mostra que de facto a situação da dívida está a reduzir-se, em resultado do esforço do Governo. Já o valor da dívida da DNA subiu em 2011 para 150,6 milhões de Meticais (134,1 em 2010), mas isso explica-se da seguinte forma: i) a dívida de 56,5 milhões de Meticais que foi reportada em 2010 era referente ao IVA do Projecto de Saneamento da Beira que foi pago na sua totalidade em 2011; ii) a subida da dívida deve-se ao Projecto do Estádio Nacional (construção da ETAR da vila olímpica e drenagem do estádio nacional) e trata-se de dívida de facturas e não propriamente do IVA.

No entanto a dívida existente referente ao IVA com o Projecto de Saneamento da Beira é de 18,5 milhões de Meticais, uma redução que se pode considerar significativa atendendo que todas as facturas que ascendem ao montante da dívida são referente aos meses de Novembro e Dezembro de 2011.

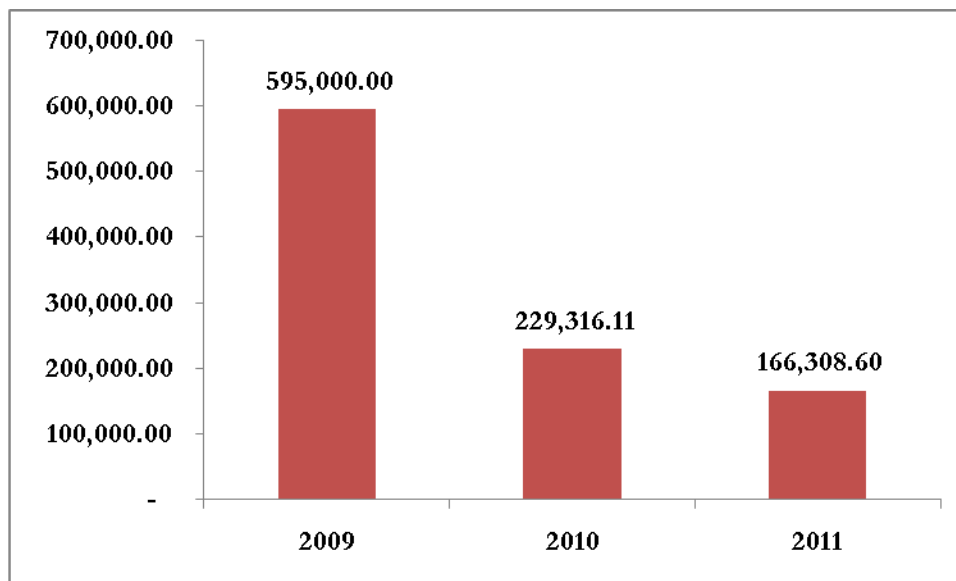


Figura 10 - Dívida do Sector dos últimos 3 anos em Milhares de Meticais

4.6 Assuntos chave e recomendações

4.6.1 Assuntos chave

- Em 2011, tal como aconteceu em 2010, continuou-se a registar a demora na disponibilização de fundos às Províncias;
- Registou-se uma redução significativa da dívida existente referente ao IVA com o Projecto de Saneamento da Beira, que é de 18,5 milhões de Meticais;
- Continua a haver uma baixa participação dos parceiros para o financiamento da área de Gestão de Recursos Hídricos;
- Registou-se um deficiente fluxo de dados sobre os projetos executados fora da CUT.

4.6.2 Recomendações

- Elaborar o relatório de execução financeira do setor até final de Janeiro do ano seguinte de forma a incluir ajustes com o REO do Ministério das Finanças;
- Os projectos com execução fora da CUT devem melhorar a disponibilização de informação sobre a execução financeira;
- Deve-se alocar mais fundos para o Sector de Recursos hídricos, especialmente para Infra-estruturas hidráulicas, incluindo o apoio no estabelecimento de um programa de pequenas barragens para os distritos áridos e semi-áridos do País;
- Para aumentar a disponibilidade de recursos internos disponíveis ao sector é preciso criar, de forma proactiva, condições para um maior envolvimento dos mega-projectos a favor do Sector de Águas. No âmbito da responsabilidade social e corporativa, deveria exigir-se as empresas a sua participação nas diversas acções de gestão de recursos hídricos, por exemplo a comparticipação nas despesas dos Comités de Bacia, em estudos de interesse local sobre gestão de recursos hídricos.
- A DNA deve melhorar os processos internos, por outro lado a coordenação entre a Direcção de Planificação e Cooperação do MOPH com a Direcção Nacional do Orçamento (DNO), deve ser melhorada no sentido de evitar que se repitam situações de descentralização tardia dos fundos.

5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA

5.1 Enquadramento no mecanismo nacional de revisão conjunta

O processo de Revisão Sectorial Conjunta enquadra-se nos mecanismos conjuntos de coordenação e diálogo, estabelecidos pelo Governo e Parceiros, sobre políticas prioritárias e decisões estratégicas de uso efectivo da ajuda para a redução da pobreza em particular e o alcance das metas nacionais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em geral.

O Governo de Moçambique definiu a redução da pobreza absoluta como uma das grandes prioridades. A estratégia para o alcance deste objectivo é articulada no Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP), o qual reflecte o Plano Quinquenal do Governo.

Um dos objectivos estratégicos advogados no contexto global de parcerias para o desenvolvimento, no quadro dos MDGs, é de tornar a ajuda mais efectiva. Assim, os parceiros internacionais de desenvolvimento apoiam o compromisso do Governo de adoptar e implementar de forma efectiva políticas bem articuladas conducentes à redução da pobreza.

Para o efeito a Parceria para o Apoio Programático (PAP – *Programme Aid Partnership*) foi estabelecido dentro deste contexto. É um mecanismo de coordenação envolvendo 19 parceiros de cooperação que providenciam o Apoio Directo ao Orçamento do Estado. O Governo de Moçambique e os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) assinaram em 2004 um Memorando de Entendimento que estabelece os princípios desta parceria e define compromissos para melhorar a qualidade da ajuda programática.

Os 19 Parceiros são: BAD, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Comissão Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Mundial e Áustria. Os Estados Unidos da América e as Nações Unidas juntaram-se ao grupo em 2009 como Membros Associados.

Esta parceria é acima de tudo um fórum de diálogo entre o Governo e os Parceiros sobre políticas e decisões estratégicas de uso efectivo da ajuda para a redução da pobreza. Existe um mútuo reconhecimento de que a transferência de recursos financeiros por si só não resulta na melhoria das políticas, governação e capacidade institucional; assistência técnica apropriada e diálogo sobre políticas também são elementos cruciais para que a ajuda possa ser efectiva.

Os processos de monitoria e de diálogo estão operacionalizados no processo de revisão anual, alinhados com o ciclo de planificação, orçamentação e monitoria do Governo. Estes processos apoiam-se nos seguintes documentos de planificação e monitoria:

- **Documento de Planificação:** PARP, PES (e PAF/QAD – Quadro de Avaliação de Desempenho), CFMP, OE, bem como outros documentos/relatórios relevantes.
- **Documentos de Monitoria:** Balanço do PES (semestral e anual), Relatórios sobre a Execução do Orçamento do Estado, relatório sobre a Conta Geral do Estado e relatórios das auditorias anuais (incluindo o Relatório do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado e relatórios trimestrais sobre o fluxo de fundos), relatório anual sobre avaliação da gestão dos fundos públicos, bem como outros relatórios acordados pelo Governo e Parceiros.

Todas as avaliações de desempenho são levadas a cabo de forma conjunta pelo Governo e Parceiros e não de forma bilateral. Existem duas Revisões Conjuntas GdM-PAP sobre o Apoio Programático:

- Revisão Anual (após a elaboração do Balanço Anual do PES) - focaliza na avaliação conjunta do desempenho que serve de base para compromissos subsequentes.
- Revisão semestral (antes da submissão do PES e OE ao Parlamento) - focaliza no diálogo sobre a planificação, orçamentação e acordo sobre o Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD/PAF – *Performance Assessment Framework*).

A revisão conjunta sobre desempenho pode incluir opiniões divergentes mas aceitáveis para todos os signatários. No caso excepcional em que uma visão conjunta não é alcançada, mesmo após as discussões ao mais alto nível, os diferentes pontos de vista podem ser reportados separadamente no relatório da revisão conjunta.

5.2 Estágio de implementação das recomendações de 2011

A Revisão Anual Conjunta 2011 recomendou à DNA:

- Proceder à revisão dos indicadores de acesso e uso de fontes de água e saneamento seguro
- Desenhar uma estratégia de descentralização, alocar mais recursos humanos e fortalecer o controlo de qualidade das obras e gestão dos contratos descentralizados
- Consolidar, no âmbito do PRONASAR, os mecanismos de sustentabilidade das fontes dispersas, sistemas de abastecimento de água e saneamento, expandir o PEC-Zonal à escala nacional, expandir a aplicação do Fundo Comum e reforçar o diálogo intersectorial e o diálogo com os parceiros.
- Estabelecer o funcionamento efectivo da AIAS assegurando a sua representatividade em todas as províncias, incluindo a criação dos Conselhos Provinciais de Água e Saneamento.
- Aumentar o financiamento do sector através da (i) monitoria das alocações do OE ao sector nos termos dos compromissos assumidos a nível internacional (alocar pelo menos 5% do PIB anual para o sector) e reforçar os subsectores de Saneamento e Recursos Hídricos; (ii) garantir o cumprimento dos compromissos de desembolso de fundos por parte dos parceiros de cooperação, conforme o previsto nos acordos; (iii) implementar os procedimentos de alocação anual e descentralização de fundos para melhorar a eficácia do uso dos fundos descentralizados; (iv) encontrar uma solução estrutural para redução da dívida do sector; e (v) reconciliar antes da RAC o relatório financeiro da DNA e o REO (também recomendado em RACs anteriores).
- No âmbito do SINAS, (i) assegurar fundos para a implementação das actividades de monitoria e avaliação; (ii) melhorar os procedimentos de M&A (sistema de recolha, análise e disseminação de informação, monitoria das actividades) com vista a melhorar a planificação e orçamentação e (iii) desenvolver capacidades locais de supervisão, monitoria e avaliação e gestão financeira.
- Na coordenação e diálogo sectorial, harmonizar o apoio dos parceiros incluindo a total partilha de informação sobre a execução física e financeira dos projectos off-CUT.
- Nos Recursos Hídricos, (i) melhorar a coordenação dos actores na área dos recursos hídricos; (ii) trabalhar com os governos provinciais e locais para identificar as prioridades de reabilitação e construção de novas infra-estruturas hidráulicas; (iii) criar sinergias com o sector privado na área de construção de infra-estruturas hidráulicas de retenção de água, acautelando o impacto ambiental e harmonizando com o Ministério da Agricultura/irrigação.

Grande parte destas recomendações faz parte dos planos anuais, mas algumas das áreas acima mencionadas só podem produzir resultados a médio e longo prazo.

Em anexo encontra-se a matriz de implementação das recomendações da reunião anual conjunta de avaliação de desempenho de 2011.

Para que o processo de revisão conjunta possa medir os progressos das actividades, recomenda-se se definam metas e indicadores (alcançáveis num período de um ano) bem claros para cada uma das áreas, responsabilidades dos envolvidos e mecanismos de sua monitoria.

6. MONITORIA E AVALIAÇÃO – SINAS

6.1 Implementação do SINAS

O Sistema de Informação Nacional de Água e Saneamento (SINAS) constitui uma rede institucional de trabalho que procura identificar, recolher, analisar, disseminar, usar e armazenar dados e informação para a gestão, planificação, formulação de políticas e tomada de decisões.

Desde os anos 1990 houve várias tentativas para estabelecer um banco de dados nacional sobre fontes dispersas, pequenos sistemas de água canalizada, saneamento, recursos hídricos e estruturas hidráulicas, mas estes não foram sustentáveis, e os dados geralmente não foram actualizados. Na ausência de um sistema nacional, sistemas de informação foram sendo estabelecidos ao nível dos projectos, cobrindo áreas limitadas, e estes raramente foram compatíveis entre si. Em resposta a esta situação, a DNA realizou a Primeira Reunião Nacional sobre o Banco de Dados para o Subsector de Abastecimento de Água e Saneamento Rural em 2002, em Msika, Província de Manica, para padronizar a monitoria de abastecimento de água e saneamento rural no país.

Um dos resultados desse processo foi o estabelecimento do SINAS, em 2007. Como parte dos esforços iniciais do SINAS foi feita a avaliação da situação da monitoria, elaborado um documento estratégico do SINAS e foi iniciado o desenvolvimento de indicadores do sector. Duas reuniões nacionais foram realizadas com os principais interessados em 2009, para planificar o desenvolvimento de SINAS. Uma delas, a Segunda Reunião Nacional sobre o Banco de Dados para o Subsector de Abastecimento de Água e Saneamento Rural, focalizada no desenvolvimento de indicadores e instrumentos de acompanhamento e um manual sobre gestão de informações para Abastecimento de Água e Saneamento Rural.

Até 2009, cerca de 70% das fontes dispersas tinham sido introduzidas em bancos de dados, mas com deficiências na codificação das fontes e na actualização dos dados.

A necessidade de SINAS é muito clara, como uma ferramenta para monitorar a implementação da política do sector, o desempenho do programa nacional de redução da pobreza, e, desde 2009, o progresso no Instituto Nacional da Água Rural e Saneamento (PRONASAR) e seu Fundo Comum associado. A crescente descentralização da governação em Moçambique significa também que uma proporção maior de serviços é fornecida localmente, de modo que um sistema de monitoramento mais eficaz do sector é necessário para acompanhar o progresso geral. O desenvolvimento de SINAS tem sido objecto de contínua discussão e colaboração ao longo de vários anos entre o governo e seus parceiros de cooperação.

Desde 2009, com o financiamento do Programa AguaSan da SDC, UNICEF e WSP, o SINAS tem estado a implementar um programa de formação a nível provincial, distrital, postos administrativos e localidades. Já foram capacitados os 128 distritos do país em planificação, com abordagem no quadro lógico e técnicas de recolha de informação de água e saneamento. Tem sido notórias melhorias graduais na qualidade e alcance dos relatórios produzidos para sector em formatos padrão acordados.

Em 2012 o SINAS irá instalar-se de forma piloto, nas províncias de Nampula, Manica e Gaza, uma actividade com custo aproximado de 15 milhões de meticais, a serem co-financiados pelo Fundo Comum do PRONASAR e outros parceiros, como o programa AguaSan da SDC, o WSP e o BAD.

6.2 Melhoria da disponibilidade de informação no sector

Apesar das melhorias graduais, a análise feita neste relatório de avaliação de desempenho tem sido fraca por falta de informação e dados produzidos pelos diferentes actores. Esta situação poderia ser mitigada pela alocação de pessoas dedicado ao SINAS que passaria a recolher informação das diferentes fontes durante o ano, e pela elaboração de termos de referência para cada relatório anual de desempenho, que permitiria melhor enfoque dos assuntos a tratar.

Anexo

Matriz de Implementação das Recomendações da RAC de Avaliação de Desempenho de 2011